

EM BUSCA DA (INTER)CULTURALIDADE

*Relações Intrínsecas entre a Literatura
e demais Representações Artísticas*

Organizadores

Rian Lucas da Silva

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues



Editora
MultiAtual

Vol. 1 - 2022

EM BUSCA DA (INTER)CULTURALIDADE

*Relações Intrínsecas entre a Literatura
e demais Representações Artísticas*

Organizadores

Rian Lucas da Silva

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues



© 2022 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Organizadores

Rian Lucas da Silva

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração, Arte e Capa: Resiane Paula da Silveira

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586b	Silva, Rian Lucas da Em busca da (Inter)Culturalidade: Relações Intrínsecas entre a Literatura e demais Representações Artísticas / Rian Lucas da Silva; Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues (organizadores). – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2022. 106 p.: il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-89976-53-0 DOI: 10.5281/zenodo.6588002 1. (Inter)Culturalidade. 2. Relações Intrínsecas. 3. Literatura. 4. Representações Artísticas. I. Rodrigues, Golbery de Oliveira Chagas Aguiar. II. Título. CDD: 801.02 CDU: 82
-------	---

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoramultiatual.com.br/2022/05/em-busca-da-interculturalidade-relacoes.html>



AUTORES

**AMANDA BOENO GONÇALVES
ANA PAULA DA SILVA
CARLOS ANDRÉ MARTINS LOPES
CLAUDINEIDE PEREIRA DE OLIVEIRA
GESIMIEL RODRIGUES SANTOS
GOLBERY DE OLIVEIRA CHAGAS AGUIAR RODRIGUES
JOSICLEIDE FERREIRA DA SILVA
JOSSANA MELO DA SILVA
KARLA AGUIAR RODRIGUES DE OLIVEIRA CHAGAS
MARIA BÁRBARA PEREIRA OLIVEIRA
NIDIELLE MUNIZ DE SOUSA
RAIANNY DE ANDRADE FERNANDES
RAMON ALVES LIMEIRA
RIAN LUCAS DA SILVA
ROSANIA BATISTA DO NASCIMENTO
SEBASTIÃO MEDEIROS VIEIRA
SILVAN GOMES DA SILVA
SUZANY SABINO GOMES
TÂMARA ELLEN RIBEIRO BRITO
TATIANE MACEDO DE ALMEIDA
THAYNARA DE SOUSA BEZERRA**

APRESENTAÇÃO

Buscar o intercultural é um imperativo desde o pós-1960, para que haja favorecimentos ao diálogo entre culturas, saberes e pontos de intersecção. A grande mensagem dessa perspectiva é o combate ao isolamento do conhecimento e de quem produz cultura. O saber integra uma rede complexa de quem o produz e de quem o usa e deve estar, por natureza, inter-relacionado!

No âmbito deste e-book, abordaremos o saber literário e sua intersecção com outras matrizes. O estudioso da cultura, ciente desta integração, deve ter a percepção aguçada para as relações intrínsecas entre a literatura e outras representações artísticas. Ao bebermos em várias fontes que se complementam, porque possuem pontos comuns, o ganho de conhecimento é consolidado.

É preciso estar atento para discernir como se dá o diálogo entre o literário e a filosofia, a sociologia, a história, a música, entre outros. Mais importante ainda é buscar esse diálogo de modo mutuamente produtivo, sem favorecimento de um em detrimento do outro, ou seja, sem usar o literário como pretexto de uma visão superficial de outras áreas. Cada par do diálogo precisa ter seu espaço de importância destacado na simbiose.

Essa pedagogia da aproximação entre saberes tende a ser profícua, quando a metodologia empregada favorece a percepção de complementariedade entre as fontes. A riqueza resultante pertence às duas estruturas que se permitem intersectar-se. Se isoladamente a literatura tem seu espaço de valor, imaginemos o que pode ser majorado disso na conexão com outras vertentes? Por isso a crença contemporânea no ganho de aprendizagem que estudiosos diversos da cultura podem ter a partir destas interações.

Essa é a perspectiva, caro leitor, com a qual trabalhamos em mais este trabalho: olhar para o literário e poder perceber com o discernimento necessário por quais outros caminhos o saber literário pode/sabe trilhar, de modo a enriquecer-se mutuamente.

Boa leitura e boas conexões!

OS AUTORES

Rian Lucas da Silva

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

SUMÁRIO

Capítulo 1 ENTRE “BOCA DO INFERNO” E “BOCA DE ANJO”: REFLEXÕES ACERCA DO COMPORTAMENTO DE GREGÓRIO DE MATOS DIANTE DAS SITUAÇÕES CONTROVERSAS DE 1500 <i>Karla Aguiar Rodrigues de Oliveira Chagas; Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues; Gesimiel Rodrigues Santos; Rian Lucas da Silva</i>	8
Capítulo 2 A REPRESENTAÇÃO DO NATIVO NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA A EL REI D. MANUEL <i>Jossana Melo da Silva</i>	19
Capítulo 3 A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA: ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA <i>Claudineide Pereira de Oliveira</i>	28
Capítulo 4 O BARROCO PRESENTE NA ATUALIDADE <i>Ramon Alves Limeira; Suzany Sabino Gomes; Thaynara de Sousa Bezerra</i>	38
Capítulo 5 A CARTA DE CAMINHA SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA <i>Maria Bárbara Pereira Oliveira; Nidielle Muniz de Sousa; Raianny de Andrade Fernandes; Tâmara Ellen Ribeiro Brito; Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues; Gesimiel Rodrigues Santos</i>	46
Capítulo 6 ELEMENTOS NAS ESCRITURAS DOS PADRES JOSÉ DE ANCHIETA E ANTÔNIO VIEIRA QUE FAVORECERAM PARA UM PROPÓSITO PEDAGÓGICO ACERCA DOS NATIVOS NO PERÍODO COLONIAL <i>Tatiane Macedo de Almeida</i>	55
Capítulo 7 CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: LITERATURA E INFORMAÇÃO SOBRE O NASCIMENTO DO BRASIL <i>Silvan Gomes da Silva; Rosania Batista do Nascimento; Josicleide Ferreira da Silva; Ana Paula da Silva; Sebastião Medeiros Vieira</i>	63
Capítulo 8 AS TRANSCENDÊNCIAS DE MANOEL DE BARROS EM POEMAS RUPESTRES <i>Amanda Boeno Gonçalves</i>	72
Capítulo 9 JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA E A CONSTRUÇÃO DOS ESTIGMAS CORPORAIS: O CORPO (MAL)DITO DO BREJEIRO <i>Carlos André Martins Lopes</i>	82
OS AUTORES	100

Capítulo 1

ENTRE “BOCA DO INFERNO” E “BOCA DE ANJO”: REFLEXÕES ACERCA DO COMPORTAMENTO DE GREGÓRIO DE MATOS DIANTE DAS SITUAÇÕES CONTROVERSAS DE 1500

**Karla Aguiar Rodrigues de Oliveira Chagas
Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues
Gesimiel Rodrigues Santos
Rian Lucas da Silva**

ENTRE “BOCA DO INFERNO” E “BOCA DE ANJO”: REFLEXÕES ACERCA DO COMPORTAMENTO DE GREGÓRIO DE MATOS DIANTE DAS SITUAÇÕES CONTROVERSAS DE 1500

Karla Aguiar Rodrigues de Oliveira Chagas

*Especialista em Linguística (FIP-2013). Revisora de textos do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB Brasil
karla.chagas@ifpb.edu.br*

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

*Mestre em Literatura (2008), na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.
golbery.rodrigues@ifpb.edu.br*

Gesimiel Rodrigues Santos

*Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba,
Brasil(2019). Professor EBTB do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da
Paraíba - IFPB Brasil
gesimiel.santos@ifpb.edu.br*

Rian Lucas da Silva

*Graduando no curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua
Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
rian.lucas@academico.ifpb.edu.br*

Resumo

O contexto sócio-político-religioso de 1500, em que se deu o processo de colonização portuguesa em nossas terras, evidenciou - sobretudo a partir das narrativas oficiais já publicadas, a começar pela Carta de Pero Vaz de Caminha - situações controversas, conforme já tratadas em trabalho anterior (SILVA e RODRIGUES, 2021). Diante das controvérsias que fragilizaram a cultura nativa, cabe uma questão que permeia essa discussão e contempla nosso objetivo geral: por que Gregório de Matos Guerra, poeta brasileiro, cujo período de vida e de produção literária estiveram inseridos dentro da fase colonial do barroco brasileiro, não direcionou sua artilharia satírica para denunciar excessos praticados pelos portugueses contra os nativos? Para chegarmos a essa resposta,

utilizaremos o método hermenêutico de revisão da literatura sobre a produção do poeta. Do ponto de vista teórico, a discussão está ancorada nas contribuições de Kothe (1997) e Hansen (1989).

Palavras-chaves: Literatura. Período colonial. Interdição discursiva. Cânone

Abstract

The socio-political-religious context of 1500, in which the process of Portuguese colonization in our lands took place, showed - above all from the official narratives already published, starting with the Letter by Pero Vaz de Caminha - controversial situations, as already discussed. in previous work (SILVA and RODRIGUES, 2021). Given the controversies that weakened native culture, there is a question that permeates this discussion and contemplates our general objective: why Gregório de Matos Guerra, a Brazilian poet, whose period of life and literary production were inserted in the colonial phase of Brazilian baroque, did he not direct his satirical artillery to denounce excesses practiced by the Portuguese against the natives? To reach this answer, we will use the hermeneutic method of reviewing the literature on the poet's production. From a theoretical point of view, the discussion is anchored in the contributions of Kothe (1997) and Hansen (1989).

Keywords: Literature. Colonial period. Discursive Interdiction. Canon

Introdução

Quando analisamos textos coloniais, a exemplo da Carta de Caminha e crônicas diversas dos séculos XV e XVI, à luz de aspectos retóricos, políticos, sociológicos e teológicos, chegamos à conclusão de que o processo de chegada e de permanência dos portugueses em nossa terra provocou situações adversas para o nativo, cuja representação simbólica, em letras literárias até o Pré-modernismo brasileiro, resulta no imaginário coletivo a ideia de um perfil de nativo passivo, conformado, desprovido de senso crítico, enfim. Se observarmos atentamente os textos circulantes do período, perceberemos o quanto o português comporta-se como o dono do discurso, que gerencia a voz do outro; o que na prática significa uma “voz antropofágica”, em que o pensamento de alguém é repassado a partir do filtro digestivo do mandante discursivo.

A alusão ao Pré-modernismo refere-se ao fato de que só com este movimento literário é que teremos produções poéticas cujo mérito dirige-se especificamente à situação vivenciada em 1500, levando o leitor a refletir criticamente sobre os fatos praticados pelos portugueses diante dos nativos numa perspectiva em que se evidencia os excessos tanto em nome de Deus (ação de missionários católicos) quanto em nome da Coroa portuguesa (ação de encarregados do Rei de Portugal). Esperar algo em torno de quatro séculos para que poetas pudessem ter um panorama autorizativo para refletir

literariamente sobre o período colonial é, de fato, uma espera muito tardia, embora sempre oportuna. Por outro lado, essa espera ajuda a demonstrar/entender o quanto houve de interdição discursiva, atuando no combate a toda e qualquer crítica das ações daquele tempo.

E se pensarmos que esse interdição foi comandada sistemática e conscientemente, controlando as publicações, os temas e as intenções, inevitavelmente temos que considerar o papel eficiente do que chamamos de cânone literário brasileiro, que atua - por natureza sistêmica - mantendo o status quo de interesse, dentro de uma ambiência sócio-política-religiosa.

É bem verdade que durante a 1ª geração do Romantismo brasileiro, a figura do nativo é representada num tom mais idealista, heroico, porém sem uma crítica real, direta às situações controversas da relação com o português, vivenciadas nos idos de 1500. Não descartamos com esta fala o ganho que o Romantismo trouxe na representação nativa em relação aos movimentos do período colonial. De todo modo, narrativas românticas positivaram a imagem dos nativos, com destaque para suas práticas heroicas, sua organização tribal e sobretudo relação sustentável com a natureza. Nossa abordagem destaca o Pré-modernismo, porque a crítica foi muito mais que subjacente/velada, foi direta, mas foi preciso estar fora do jogo, fora do então contexto histórico de vivência para que se pudesse falar. E quando se autoriza falas, performances divergenciais fora do presente real, a tendência é a crítica virar retórica, falácia, já que não muda mais nada. Entretanto, se em um século antes do Romantismo, Gregório tivesse a liberdade de crítica e abordasse a questão de 1500, possivelmente - e aqui é especulação - a imagem dos nossos nativos tornasse melhorada nas estéticas diversas de recepção.

Diante do exposto, objetivamos de modo geral com este estudo analisar o motivo pelo qual Gregório de Matos que, em sua sátira falou mal de tudo e de todos, não direcionou seu olhar para os episódios controversos da relação português-nativo nos idos de 1500, sendo esse próprio também nativo do Brasil que se formava. Para chegar a resposta, dialogaremos com Kothe (1997), quando aborda a questão da força do discurso colonizador das estruturas institucionais do período e com Hansen (1989), no seu estudo da vida literária e cultural da Bahia do século XVII.

Subsídios teóricos que apontam para uma resposta

O que dentro da historiografia literária brasileira é apresentado como novidade ou inovação tende a não ser nada disso nas metrópoles. A nova historiografia teria de partir do fato fundante de o Brasil ser um país colonizado, periférico, mais e menos atrasado... (KOTHE)

Há determinados movimentos da crítica literária brasileira que apresentam a obra de Gregório de Matos como inovadora em certo sentido, pensando na sua veia satírica. Nesta perspectiva, há estudiosos, a exemplo de Helena (1983) que apreciam a veia satírica desse autor como realista e original, principalmente quando se compara com o que se fazia na metrópole e por isso compreendem a poesia satírica de Gregório de Matos como uma tendência original da própria poesia brasileira em pleno período colonial. Neste mesmo sentido, BOSI (1994) registra que o estilo gregoriano é algo ainda não igualado em toda a história da sátira brasileira.

Sobre esse ponto de vista inovador, assumimos a reflexão de que, por ser o primeiro poeta brasileiro canonizado pelo establishment literário, é natural que o que partisse de sua pena soasse como novidade/inovação para os subseqüentes muito mais pela primazia do que mesmo pelo mérito. É tanto que não só do ponto de vista satírico, mas também lírico e sacro, podemos afirmar que Gregório representou o nascedouro dessas perspectivas em terras brasileiras, mas esse ofício caberia a qualquer um que fosse o primeiro.

Aliado a esse pensar, concordamos com Kothe (1997), quando afirma que o que a historiografia brasileira apresenta-nos como novidade ou inovação, essa ideia já não é entendida dessa maneira no âmbito da metrópole. É preciso analisar de onde parte o discurso, para se perceber o quanto de procedência existe, tendo em vista que é preciso ter cuidado metodológico com a semântica de emprego da palavra “inovação” - muito pronunciada atualmente, mas pouco constatada na práxis. Talvez seja mais acertado falar em inovação interna, no âmbito brasileiro, conforme BOSI, mas não fica cabível falar em inovação do ponto de vista da metrópole.

Gregório de Matos: o homem e o poeta em seu tempo

Sobre Gregório de Matos Guerra, é preciso situá-lo em seu mundo, a fim de que possamos emitir julgamentos mais precisos e linkados com a maneira que ele performou em seu tempo. Como já deve estar pacificado entre o estudioso da cultura, sempre que

analisamos condutas e discursos de épocas pretéritas, devemos seguir com vigilância o princípio historiográfico que aponta para a contextualização, conforme as regras estabelecidas do tempo recortado para análise. É preciso, nesta perspectiva, reconstruir Gregório de Matos a partir das condicionantes que o moldou em seu tempo. Um homem pode até ser visionário ou pensar para além de seus contemporâneos, mas não há como negar que seus movimentos estão de algum modo relacionados com os paradigmas (im)postos pelos donos do discurso!

Por esta lógica, faz-se necessário entender que o homem e o eu-lírico gregoriano comportou-se em seu tempo, imerso em algum dos cenários a seguir: (1) Gregório de Matos Guerra tinha mentalidade totalmente sintonizada com o ideário europeu e por isso não reconheceu excessos e desproporcionalidade na interação entre portugueses e nativos ou (2) o poeta baiano foi capaz de perceber as perdas e ganhos da relação entre esses dois povos, mas optou por não direcionar sua “língua ferina” em desfavor do europeu, porque sabia bem do que poderia sobrevir de interditos reacionários por parte daqueles que controlam o que a sociedade lê, ouve e assiste. Nesta perspectiva, Gregório sabia que para ter espaço/sobrevida na seara socioliterária era preciso que ele - em contrapartida - seguisse à risca o padrão retórico convencional que a sátira barroca representava para a época, longe de ser um discurso surpreendente e original, conforme registra Inácio, Silva e Rodrigues (2013), seguia um padrão retórico convencional, longe de ser um discurso surpreendente e original para a época.

No entender desses autores, a sátira de Gregório de Matos deve ser estudada dentro do contexto de produção e circulação dos discursos no século XVII. Sem isso, tendemos a aceitar a ideia de que Gregório foi inovador em sua sátira e não simplesmente pioneiro, devido à questão natural de sua obra ser a primeira a importar a sátira já praticada no contexto europeu. É na esteira desse pensamento que Hansen (1989) desvela em seu livro o perfil tradicionalmente atribuído a Matos Guerra e propõe outro e mais verossímil olhar sobre a produção satírica gregoriana a partir de diretrizes retórico-poéticas do tempo do autor, além de documentos que revelam temáticas, personagens e situações deste período barroco em terras brasileiras. A esse respeito, destacamos a seguinte fala do crítico:

Ao contrário do que algumas interpretações contemporâneas vêm propondo, a sátira barroca produzida na Bahia não é oposição aos poderes constituídos, ainda que ataque violentamente membros

particulares desses poderes, muito menos transgressão liberadora de interditos morais e sexuais. O receptor dos poemas geralmente os lê movido do interesse atual apenas, neles buscando a expressão ou exteriorização de um vivido sedimentado no fundo dos textos como inconformismo político ou libertinagem moral (HANSEN, 1989, p. 29-30).

Neste sentido, Hansen defende que Matos Guerra escreveu o que lhe foi autorizado pela estética da recepção prevista para a época e não cabe que olhemos analiticamente para sua produção com a visão contemporânea, mas, sim, enredados pela atmosfera que o envolveu, sob a influência dos fatores culturais, políticos, sociais, econômicos e religiosos à época existentes. Sobre os fatores socioculturais de produção de discursos, evidenciamos a seguinte fala de Hansen:

A poesia barroca do século XVII é um estilo, no sentido forte do termo, linguagem estereotipada de lugares-comuns retórico-poéticos anônimos e repartidos em gêneros e subestilos. [...] Ao poeta barroco nada repugna mais que a inovação, sendo a sua invenção antes uma arte combinatória de elementos coletivizados que, propriamente, expressão individual 'original', representação naturalista do 'contexto', ruptura estética com a tradição etc. Entre tais elementos, a obscenidade está prevista num sistema de tópicos, articulando-se retórica e politicamente nos poemas segundo temas e recepção (HANSEN, 1989, p. 16).

Por este destaque, fica claro de que a obra de Gregório de Matos deve ser lida/interpretada “de acordo com as práticas discursivas do século XVII e não a partir de categorias posteriormente aplicadas àquele contexto”, no dizer de Inácio, Silva e Rodrigues (2013, p. 137). Uma dessas práticas discursivas, por exemplo, é o aproveitamento de estruturas linguísticas entre poemas de uma época, que o olhar contemporâneo atual logo chamaria de plágio. No estilo barroco, essa prática era aceitável. Do mesmo modo, aplicamos o entendimento, segundo Hansen, para temas presentes na obra do poeta baiano, como obscenidade e linguagem baixa ou chula. A esse respeito, ele afirma que “as caricaturas, as obscenidades, o rebaixamento de temas e linguagem etc., encontrados na sátira de Gregório de Matos, estão previstos na produção e recepção dos textos no discurso do século XVII (HANSEN, 1989)”.

Entre “boca do inferno” e “boca de anjo”, Gregório atende ao previsto para pode ser pós-lido

Quando imergimos no contexto de produção do Barroco brasileiro, percebemos que o perfil gregoriano ajustou sua boca para verbalizações infernais e angelicais, para atender o *status quo* definido pelos mandantes do discurso de seu tempo. Na prática, de algum modo foi dada ciência a ele e aos demais poderia criticar até certo ponto e abordando alguns temas. E assim o fez.

Quando cunhamos a expressão “boca de anjo”, em clara oposição à “boca do inferno”, pensamos no perfil de obediência às matizes permitidas para os movimentos de sua mente e de sua pena. E nesta lógica, é acertado dizer que foi a boca de anjo, muito mais que a boca do inferno, que o salvou da não inclusão no rol dos imortais, porque do contrário, ele não seria pós-lido. Essa é a regra basilar do organismo canônico (RODRIGUES, 2007). A expressão “boca de anjo” faz lembrar a uma outra: “meu anjo barroco”: eis como o cânone e a elite intelectual da época (Estado + Igreja) consideram o poeta Gregório de Matos.

“Anjo”, porque foi fiel ao *script* retórico, programado para sua fortuna literária e crítica e “barroco”, porque cumpriu à risca a lógica do “fale o que é possível/autorizado falar mal de mim, mas fale”. Gregório comportou-se como ele mesmo já escrevera numa declaração: “anjo no (cog)nome e angélico na cara”, quando sua metralhadora linguística estava apontada para os grandes de época. Abaixo, transcrevemos o poema, para apreciação metafórica:

À mesma d. Ângela

Anjo no nome, Angélica na cara!

Isso é ser flor, e Anjo juntamente:

Ser Angélica flor, e Anjo florente,

Em quem, senão em vós, se uniformara:

Quem vira uma tal flor, que a não cortara,

De verde pé, da rama fluorescente;

E quem um Anjo vira tão luzente,

Que por seu Deus o não idolatrara?

Se pois como Anjo sois dos meus altares,
Fôreis o meu Custódio, e a minha guarda,
Livrara eu de diabólicos azares.

Mas vejo, que por bela, e por galharda,

Posto que os Anjos nunca dão pesares,

Sois Anjo, que me tenta, e não me guarda. (destaques nossos).

Para tratar de temáticas caras ao establishment da época, o que vemos na produção gregoriana são cultismos e conceptismos calados/silenciados em favor de sobrevivência socioliterária nos altares da literatura que se formava. Por isso, é preciso olhar para o cânone como um espaço dialógico em que os atos de fala e de silêncio se alternam num mesmo sujeito, como garantia do incluir ou do não incluir... (CHAGAS, 2005). Não à toa, poetas que se debruçaram criticamente sobre os fatos controversos de 1500 - na relação direta sócio-político-ideológica entre europeu e nativos - só o fizeram porque o eixo político-cultural do establishment foi naturalmente alterado. Séculos depois, quando não se tem mais como ser perseguido pelas imposições canônicas, um Oswald de Andrade, através de seus poemas modernistas, ou mesmo um Leosino Miranda Araújo, poeta contemporâneo, no seu “Novas Cartas Chilenas - a sátira e os deuses da modernidade” tiveram seu espaço de permissão para refletir excessos do início do século XVI com a liberdade assegurada, o que confirma uma lógica certa de quem critica: “fale mal de mim, mas que seja como ‘homenagem’ póstuma!”.

E nesse ponto, entendemos ser muito oportuno fazer uma ponte com o defunto-autor machadiano, em que Brás Cubas só encontra espaço, livres de interdições discursivas e perseguições de quaisquer naturezas, no *post-mortem*... é como que em vida, é mais oportuno criticar em diacrônico do que em tempos sincrônicos ao do criticado... Quanto mais em sincronia estão o crítico, a crítica e o criticado, o resultado são, com as devidas exceções, crucifixão, assassinato, perseguição... Não se quer com essa reflexão fazer apologia à crítica extemporânea, mas apenas fazer uma constatação do que ocorre na prática.

E pensando por esse prisma, a omissão de fala de Gregório sobre um ponto caro para a ordem ideológica da época é até compreensível. O que não dá para aceitar em sua plenitude é o forjamento de discursos que enaltecem o poeta por uma diferenciação ou distinção que, empiricamente, foi aceitável por quem controla o que o mundo da época vê e ouve.

É preciso entendermos que, assim como existiam prescrições para a poesia lírica e para a poesia épica, também havia determinações retóricas para o gênero satírico, conforme defende Hansen (1989); A sátira cumpria papéis moralizadores, apesar de muitas vezes obscena, para manter o status quo da Igreja e da Metrópole. As críticas ácidas contra autoridades políticas e religiosas estavam previstas nos códigos normativos de circulação dos textos da época.

Para concluir...

Voltando a atenção para a culminância do poema supratranscrito, ser anjo é ser fiel e Gregório soube sê-lo. Nos assuntos caros à Igreja e ao Estado, ele nunca deu pesar! E porque não transgrediu os limites postos, seu nome, sua obra foram guardados *ad aeternum*. A escrita gregoriana cumpriu nos aspectos diversos os códigos normativos de circulação de textos da época. Nossa percepção é a de que Igreja e Estado português da época não admitiam quaisquer performances de sátira que representassem os mandos e desmandos dos idos de 1500. A Carta de Caminha já bastava!

O que pensava Gregório de Matos Guerra a esse respeito? Qual sua leitura dos fatos históricos de colonização de sua terra? Assim como Oswald de Andrade e outros, será que ele tinha ressalvas importantes a relatar em sua poesia sobre a relação do português com seus conterrâneos? São perguntas que foram silenciadas em seus espaços de voz, mas que seriam um ganho para nós, se tivéssemos a apreciação dele performatizada em cultismos e conceptismos. E aqui cabe dizer que seria importante que a temática de 1500 estivesse em sua pena seja em forma de endosso ou de crítica. Seja qualquer que fosse a forma de representação, já teríamos uma base sobre como o poeta pensava. Enfim, sobre o que Gregório falou, já está posto para nós, mas sobre o que ele calou traz também muito significado e especulação.

Referências

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994

CHAGAS, Golbery de Oliveira Chagas Aguiar. **Cânone e autoria feminina: política de ocultamento/silenciamento**. Anais do I Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades. Campina Grande: Editora universitária, EDUEP, 2005.

HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HELENA, Lúcia. A tradição antropofágica. In: **Uma literatura antropofágica**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

INÁCIO, Francilda Araújo; SILVA, Otoniel Machado da; RODRIGUES, Sílvio Sérgio Oliveira. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos sob outro olhar (desenvolvimento de material didático ou instrucional - EaD). 1. ed. João Pessoa: IFPB, 2013. v.1.

KOTHE, F. R. **O cânone colonial**. Brasília: Editora UnB, 1997.

RODRIGUES, Karla Aguiar. **O cânone literário brasileiro e os aspectos político-ideológicos**. Anais da IV Semana de Humanidades ISBN 978-85-98060-40-8 UEPA - Universidade Estadual da Paraíba, 2007.

Capítulo 2

A REPRESENTAÇÃO DO NATIVO NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA A EL REI D. MANUEL

Jossana Melo da Silva

A REPRESENTAÇÃO DO NATIVO NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA A EL REI D. MANUEL

Jossana Melo da Silva¹

Graduada em Letras Espanhol (2019), na Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

*Graduanda no curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa no Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.*

Resumo

O artigo se propõe a analisar a perspectiva do europeu sobre o nativo através da *Carta de Pero Vaz de Caminha* (2009) destinada ao Rei de Portugal D. Manuel. A pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfico utilizou como fonte Lima e Dias (2021), Luciano (2006), Matos, Avila, Santos (2013), Rosa (2015), Seabra (2000). Se identificou na carta que o seu autor apresenta uma visão negativa sobre os nativos que encontraram no novo território durante as navegações. Suas perspectivas se voltam apenas para o pensamento europeu, sem levar em consideração as ideologias dos nativos.

Palavras-chave: Nativo. Europeu. Carta. Pero Vaz de Caminha.

Abstract

This paper aims at analyzing the European perspective on the native through the *Letter of Pero Vaz de Caminha* (2009) addressed to the King of Portugal D. Manuel. The qualitative and bibliographic research relies on the following authors, Lima and Dias (2021), Luciano (2006), Matos, Avila, Santos (2013), Rosa (2015) and Seabra (2000). The analysis of the letter shows that the author presents a negative picture of the natives that they found in the new territory during their navigations. His perspectives turn only to the European point of view, disregarding the natives' ideologies.

Keywords: Native. European. Letter. Pero Vaz de Caminha.

1. INTRODUÇÃO

A carta escrita por Pero Vaz de Caminha em 1500 tinha o objetivo de narrar para o rei os acontecimentos durante a navegação. Nela são relatadas as novas terras

¹ Graduada no curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Espanhola – UFPB Universidade Federal da Paraíba). Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa – IFPB (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba) – Campus I – João Pessoa / PB. jossana.melo@academico.ifpb.edu.br

encontradas de uma maneira muito extraordinária que parece um paraíso. Além disso, descreve os povos originários que habitavam o território por eles encontrado. São descritos como pessoas inocentes que podem ser persuadidos facilmente através de trocas de objetos sem valor, obedientes às ordens, sem religião, por isso, de acordo com a sua perspectiva aceitarão facilmente a religião católica.

Não temos acesso a nenhum documento que relate o primeiro encontro dos dois povos através da perspectiva do nativo, por isso, a carta é considerada o primeiro documento histórico a relatar este acontecimento. O imaginário europeu com relação aos povos que foi perpetuado em virtude da carta mantém-se até os dias atuais, principalmente na visão estrangeira.

A pesquisa foi realizada de maneira bibliográfica, tendo como base principal a análise da carta como o primeiro documento a registrar o encontro entre o europeu e o nativo brasileiro. Através dela podemos perceber como os povos são descritos e as convicções observadas neste primeiro encontro. Assim como também foram usados textos teóricos como fontes de pesquisa para maior embasamento.

2. A CARTA

A carta escrita pelo escrivão Pero Vaz de Caminha para El Rei D. Manuel² foi considerada durante muito tempo o documento de nascimento do Brasil, devido aos eventos nela relatados. O texto narra os acontecimentos da viagem da esquadra de Pedro Álvares Cabral no novo território. Além disso, descreve as novas terras e os povos por eles encontrados. No início da carta o autor faz o relato do descobrimento desta nova terra, por ele já considerada domínio rei, pelo uso do termo “vossa nova terra”.

Posto que o capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que nesta navegação agora se achou, não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, o melhor que eu puder, ainda que – para o bem contar e falar –, o saiba que fazer o pior que todos. (CAMINHA, 2009, p.91)

² D. Manuel I (1469 – 1521) rei de Portugal e dos Algarves, foi o responsável pelo financiamento de diversas navegações, entre elas a de Pero Álvares Cabral que desembarcou no território até então desconhecido para os portugueses.

No que se refere à carta como documento e sua importância para a historicidade do país, Lima e Dias afirmam que:

A Carta de Caminha, também chamada de Carta do Achamento, é considerado o primeiro documento português sobre o Brasil, foi escrita por Pedro Vazques de Caminha ou Pero Vaz de Caminha, como se tornou conhecido. A carta foi escrita entre os dias 26 de abril e 1º de maio de 1500 na qual há uma descrição minuciosa da viagem, cuja narrativa é endereçada ao rei D. Manuel. O documento é um manuscrito que contém 27 páginas e foi despachado para Portugal no dia 2 de maio, pelo seu teor a carta adquiriu grande valor histórico, literário e linguístico. Caminha descreve com riqueza de detalhes a terra e os habitantes encontrados e também o contato entre estes e os portugueses. (2021. P. 11)

A carta é considerada de cunho pessoal e privado, pois não foi escrita com o objetivo de ser publicada, de maneira que, durante muitos anos foi desconhecida do grande público. O documento descreve um novo mundo, diferente do que os europeus viviam durante os séculos XV e XVI. Ao narrar, as novas terras são descritas como um novo paraíso, com muitas águas e uma terra muito produtiva, com bons aires e provavelmente muitas riquezas. De acordo com Matos, Avila, Santos (2013) “os elementos encontrados na estrita são: descoberta de novos territórios, o paraíso, a nudez e a tentativa de volta aos ideais da antiguidade. Os indígenas foram vistos como seres exóticos e similares a Adão e Eva, a natureza é referenciada como o paraíso.” (p.2)

3. O NATIVO E O EUROPEU

O escrito de Pero Vaz de Caminha retrata do ponto de vista do português, o encontro do europeu com o nativo de maneira pacífica, não é apresentado nenhum grande conflito. Mesmo estando sempre munidos de arco e flechas eles são “obedientes”, não mostraram resistência, sempre que lhes era ordenado que baixassem suas armas eles assim o faziam. Ao descrever o primeiro encontro, Caminha (2009, p. 93) diz que “nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijamente sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.”

É de conhecimento histórico que os povos americanos originários foram escravizados, porém, no relato de Caminha eles são refletidos como prestativos, fazem de boa vontade trabalhos para ajudar os europeus, mas, pediam para receber algo em troca, também se repete várias vezes como o nativo fazia trocas e recebia objetos sem valor. É

relatado em muitos momentos como eles os ajudavam nas naus e carregavam água. Em dado momento o autor diz que

(...) começaram de chegar muitos. Entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam; traziam cabaços de água e tomavam alguns barris que nós levávamos: enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todos chegassem à borda do batel. Mas junto a eles, lançavam os barris que nós tomávamos; e pediam que lhes dessem alguma coisa. Levava Nicolau Coelho cascavéis e mantilhas, de maneira que com aquele engodo quase nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que homem lhes queira dar. (CAMINHA, 2009, p.99)

Na carta não é relatado ao rei luta entre os dois povos, porém, para Matos, Avila, Santos (2013) o uso da troca de objetos serviria como forma de verificar o comportamento dos nativos com relação a eles. Elas afirmam que

A dominação passa pela aceitação da interferência realizada nos modos de conduta. O contato entre os povos indígenas e portugueses ocorreu através da curiosidade de seus modos e costumes. O escambo foi o primeiro mecanismo de dominação utilizado pelos portugueses, pois estes sentiram que os índios estavam arredios a presença deles. Os lusitanos traziam vários artigos estranhos aquela cultura, e através do novo legitimavam a dialética entre dominado e dominante. (p.8)

Ao longo da carta o seu escritor em nenhum momento utiliza o termo “índio” para se referir aos povos nativos que habitavam nas terras que desembarcaram. Ele sempre se reporta ao termo “homens” ou “mulheres”. O uso do termo “índio” se deu durante o processo de conquista da América, no qual Cristóvão Colombo embarcou rumo às índias, mas chegou ao continente americano, ao chegar, os povos foram nomeados de “índios”, termo que prevalece até os dias atuais. Luciano (2006) ainda afirma que

foi assim que os habitantes encontrados nesse novo continente receberam o apelido genérico de “índios” ou “indígenas” que até hoje conservam. Deste modo, não existe nenhum povo, tribo ou clã com a denominação de índio. Na verdade, cada “índio” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami etc. (p.32)

Segundo Rosa (2015) o termo “índio” foi uma tipologia inventada para criar categorias que estabelecem raças como uma maneira de dominação do outro. Ainda segundo ela

(...) no período histórico em que ocorreram o processo de colonização e suas etapas subsequentes no território que os europeus nomearam de Brasil, uma ideia de raça atrelada a um discurso racista e eurocêntrico - que não se restringe ao mundo colonial - forjou um certo imaginário identitário sobre os povos nativos da América e outras identidades diaspóricas. (p.259)

Mesmo não utilizando o termo “índio”, o fato de o escritor utilizar “homens” e “mulheres” retira a identidade dos povos nativos. Outros fatores presentes na narrativa também retiram a individualidade destas pessoas. Eles são descritos como gente inocente e sem religião, uma tábula rasa que aceitaria todos os ensinamentos religiosos que lhes fossem dados sem questionar. O escritor explica que “parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e ele a nós. Seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm nem entendem nenhuma religião.” (CAMINHA, 2009, p.113) Ainda segundo ele parece “ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. (CAMINHA, 2009, p.107)

Ao conjecturar que os índios não entendem de nenhuma religião, mesmo a realidade sendo outra, Caminha assegura ao rei que se os povos falassem sua língua seriam evangelizados facilmente, além disso, ainda propõe o acréscimo da fé católica, que cuide da salvação dos povos e a vinda de missionários para que o faça.

E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmo, por onde nos pareceu a todos que nenhuma adoração ou idolatria têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tomados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier não deixe logo de vir um clérigo para os batizar (...) (CAMINHA, 2009, p. 117)

Os povos são descritos como muito sedentos pela fé, a ponto de imitar os atos dos portugueses durante as cerimônias. É relatado que muitos participavam atentamente mesmo sem entender a língua e os rituais, porém, ao ver as ações praticadas pelos cristãos eles os reproduziam.

(...) Ali disse missa o padre Frei Henrique, a qual foi cantada e oferecida por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós. E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim até ser acabado; e então tornaram-se a se assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza nos fez devoção. (CAMINHA, 2009, p.115)

Os nativos são descritos de maneira tão caricata e idealizada que prevaleceu no imaginário popular. Sobre os homens o autor chama atenção para o fato de não haverem passado pelo ritual da circuncisão. Além disso, são narrados diversas vezes ao longo da carta de maneiras semelhantes, como pessoas de pele parda, de rosto bem afeiçoado, de cabelo liso e escuro, nus e pintados, carregavam penas de aves no corpo e na cabeça.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou mostrar suas vergonhas; e nisso tem tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos (...)

Os cabelos seus são corredios. (...) E um deles trazia por baixo da solapa, de a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria de comprimento de um coto (...) E andava pegada aos cabelos aos cabelos pena e pena, com uma feição branda como cera (mas não o era). (...) (CAMIINHA, 2009, p.95)

As mulheres também são descritas de maneira parecida aos homens. Retratadas como gentis, de cabelos pretos e compridos, andavam desnudas com pinturas sobre o corpo. Ele as compara com as mulheres de sua terra.

E uma daquelas moças era tão tingida que, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que as mulheres de nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha, por não serem como ela. (CAMINHA, 2009, p.100)

A descrição do nativo encontrado no território que depois seria o Brasil ficou no imaginário coletivo. O choque cultural por parte dos povos originários não é retratado na carta, a visão é exclusivamente do europeu. Segundo Seabra (2000, p.66) a narração dos nativos apresentada na carta não tem um caráter biológico, mas um caráter cultural.

A diferença entre brancos e indígenas não era, à parte a cor da pele, essencialmente de ordem biológica, mas também cultural. ela manifestava-se quer na falta de vestuário dos ameríndios quer no uso de ornamentos excêntricos, como os ossos atravessando os lábios inferiores perfurados e as perucas postiças de penas coladas nos cabelos. Se os corpos não eram cobertos, podiam em compensação ser coloridos total ou parcialmente a azul e negro, por vezes com desenhos em forma de xadrez. Embora o significado destes sinais bizarros escape a Pero Vaz de Caminha, ele aventura-se a fazer algumas comparações intelectuais (...)

4. CONCLUSÃO

É perceptível através da análise da carta de Caminha a visão negativa do europeu com relação ao nativo brasileiro. São descritos como pessoas obedientes que cumprem as ordens do estrangeiro. São apresentados como pessoas prestativas, dispostos a ajudar e a realizar um trabalho que não era seu. Através deste pensamento os povos passaram a ser escravizados.

Mesmo sendo difícil acreditar, na carta de Caminha os povos não apresentam grande resistência aos estrangeiros, tudo ocorre pacificamente, não é levado em consideração que as pessoas que estavam na terra já a possuíam. Por eles se julgarem seres superiores acreditam que as terras na qual desembarcaram pertence ao seu rei.

A cultura e a religião do outro foram desconsideradas na carta ao rei. Ademais, são inclusos todos como um único povo, mesmo havendo povos distintos. Para eles os nativos não tinham religião, eram muito inocentes, bestas, com pouca instrução, por isso precisavam e buscavam a ajuda do rei para obter a salvação. Confiavam que aceitariam facilmente a nova fé que seria levada, pois eram pessoas vazias, sedentas por uma nova religião e eles seriam o grande auxílio, salvando aquelas pessoas.

O choque cultural por parte do português é perceptível ao descrever o nativo. Ao ver pessoas que não estavam vestidas, com os corpos pintados, os cocares de penas e as penas no corpo, o autor os descreve diversas vezes ao longo da carta de maneiras parecidas. Além disso, consideram que são facilmente persuadidos, pelo fato de trocarem objetos em troca de outros que segundo os portugueses não apresentavam nenhum valor.

O fato de o europeu chegar e encontrar povos diferentes, com religiões, língua, cultura, forma de viver, comer e pensar distintos, habitando em uma terra afastada, fez com que eles se sentissem superior. Para eles os povos nativos eram seres sem consciência que precisavam de ajuda por serem inferiores e incapazes.

REFERÊNCIAS

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil**. Texto integral. Tradução: Jaime Cortesão. 1ª ed., 5ª reimpressão: São Paulo: Martin Claret, 2009.

LIMA, Carolina Akie Ochiai Seixas; Dias, João José Alves. Uma releitura da carta de Caminha. **DOSSIÊ TEMÁTICO: Interfaces entre a Filologia e as Ciências do Léxico**. V. 2 n. 01, 07 de set. de 2021. Disponível em <https://periodicos.ufac.br/index.php/GEADEL/article/view/4802> Acesso em 22 de dez. de 2021.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p.29 – 34. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf Acesso em 18 de set. 2021.

MATOS, Julia Silveira; AVILA, Luciane dos Santos; SANTOS, Fernanda Santos dos. A escrita de Pero Vaz de Caminha e as características da história moderna para o ensino de história. **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 2, nº. 6, agosto de 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/248> Acesso em 18 de set. 2021.

ROSA, FRANCIS MARY SOARES CORREIA DA. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257- 277, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/58523> Acesso em 18 de set. de 2021.

SEABRA, José Augusto. **A descoberta do outro na carta de Pêro Vaz de Caminha**. U.Porto. 2000. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20404> Acesso em 18 de set. 2021.

Capítulo 3

A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA: ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA

Claudineide Pereira de Oliveira

A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA: ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA

Claudineide Pereira de Oliveira

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais do Rio Grande do Norte

- FACERN (2017), especialista em Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade de

Ciências Educacionais e Empresariais de Natal - FACEN (2019) e graduanda em

Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, pelo Instituto Federal da

Paraíba - IFPB. claudineide.olive@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho discutimos como o índio era visto no período colônia e na Literatura Brasileira, enfatizando a importância de analisar os documentos que versam sobre a história do Brasil, como a carta de Pero Vaz de Caminha. Assim, consiste em uma pesquisa sobre o tema mencionado, mediante a leitura de textos históricos e literários, objetivando, de forma geral, evidenciar como a figura do índio foi vista no processo de colonização do Brasil. De modo específico, visa ampliar discussões diante dos seguintes pressupostos: a literatura no período colonial e pós-independência, a nomenclatura do termo índio segundo a História e a sua representação na Literatura. Quanto à metodologia, o método é de cunho qualitativo por apresentar reflexões, mediante revisão bibliográfica, referentes ao descobrimento do país, à nação indígena e à literatura brasileira. Em um primeiro momento, discutimos como devemos ler os textos literários, a partir de informações desde a chegada dos portugueses em nossas terras até o século XIX. Posteriormente, evidenciamos a Literatura Colônia e Pós-Colônia, com o reaparecimento da carta de Caminha enquanto Literatura, pontuando acerca da adoção do termo índio segundo a História. Por fim, tratamos ainda da imagem do índio na Literatura, mediante as obras “O Guarani” e “Iracema”, de José de Alencar.

Palavras chaves: Índio; Período Colonial; Literatura.

INTRODUÇÃO

Sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, alguns livros de história, mais antigos e tradicionais, relatam que o descobrimento tinha sido por um acaso, que Pedro Álvares Cabral estava indo para as Índias e houve um desvio da rota devido ao mar agitado por conta dos ventos, chegando ao território que mais tarde passou a se chamar Brasil. No

entanto, essa ideia acabou sendo refutada, tendo em vista que em 1492, Cristóvão Colombo chegava ao “Novo Mundo”.

A história do descobrimento é marcada por algumas controvérsias, como discutiremos a partir da carta de Pero Vaz de Caminha, que é chamada de “registro do nascimento do Brasil” e relata as primeiras impressões dos portugueses nas terras encontradas, por meio de uma série de discursos que atendia às necessidades daquele contexto. A carta, destinada ao rei D. Manuel, aparece por volta de 1817, com um texto em que descrevia o que aqui encontrara, como terras férteis, muitas belezas naturais e mencionava os homens, que seriam parecidos com Adão e Eva, devido à sua inocência.

Na contemporaneidade, com estudos mais recentes, percebemos que os textos coloniais apresentados nos livros didáticos são majoritariamente lidos sob formas e padrões pré-determinados. Um fato que nos chama atenção é que a carta de Caminha, em sua primeira edição, reaparece só a partir do século XIX; segundo historiadores, na formação do cânone literário surge com mártir inicial no fazer literário brasileiro.

Nesse sentido, o principal objetivo deste trabalho consiste na realização de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, em que discutimos a representação do índio a partir da leitura de textos históricos e literários, no processo de colonização do Brasil. Algumas questões norteadoras se delinearam no decorrer das reflexões, tais como: a literatura no período colonial e Pós-independência, a nomenclatura do termo índio segundo a história e a representação da imagem do índio a partir de obras de José de Alencar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA DA PESQUISA

O período colonial, no ano de 1500, foi marcado por grandes conquistas e ascensão de territórios, sobretudo europeus, em que o nosso país esteve entre os roteiros de descoberta e, posteriormente, teve suas riquezas subtraídas pela coroa portuguesa. O período quinhentista, por sua vez, foi uma época em que as ideologias ou intenções partiram para além do real e, embora não se falasse do conceito de Literatura, já existia a poesia, a beleza, o bom. Esse conceito toma forma só a partir do século XIX.

Precisamos partir de duas premissas para entendermos o período colonial: a primeira é que a carta de Pero Vaz de Caminha é um gênero textual narrativo, que se estrutura em cinco partes principais: cumprimento, assunto tratado entre o receptor e o

destinatário, fato ou narração, solicitação de algo e desfecho. Observamos, ainda, que ela só poderia ter dois destinatários: D. Manoel (rei de Portugal) ou alguma representação do cânone religioso (o papa), já que a embarcação era composta por representantes da coroa Portuguesa, da esfera política e religiosa.

A segunda premissa consiste na “íntima relação entre a evolução literária e o desenvolvimento da nacionalidade” (CASTELO, 1972, p. 11), de modo que os textos coloniais podem ser lidos sob o viés de duas perspectivas: uma tradicional e uma mais contemporânea. A tradicional compreende, ao longo da história, as cartas como literatura, pois havia uma representação, em muitos casos ficcional, de nativos, uma busca por incrementar valores de ordem nacionalista.

Os estudos contemporâneos, por sua vez, apontam para uma perspectiva não-literária desses documentos, mas registram que havia expressões de encantamento, beleza, malícia, entre outros. Castelo (1972) ainda destaca que os textos do período colonial não eram totalmente literários por apresentarem uma função informativa. Entendemos, pois, que esses escritos foram produzidos e lidos de acordo como contexto daquela época, voltados à retórica, à poética, à teologia e, principalmente, à política.

Acerca da visão retórica, João Adolfo Hansen (1999) sugere analisar os textos coloniais não pelo viés categórico, mas levando em consideração o contexto em que se apresenta. O excerto abaixo retrata como Pedro Álvares Cabral (emissor) usa de total cordialidade e persuasão em sua narrativa sobre o descobrimento do Brasil, a D. Manuel (receptor):

Senhor, posto que o capitão - mor desta vossa frota e assim igualmente os outros capitães escreveram a Vossa Alteza dando notícias do achamento desta Vossa terra nova, que agora nesta navegação.
Achou-se, não deixarei de também eu dar minha conta disso a Vossa Alteza, fazendo como melhor me for possível, ainda que – para o bem contar e falar- o sabia pior que todos. Queria, porém Vossa Alteza tomar minha ignorância por boa vontade e creia que certamente nada porei aqui, para embelezar nem para enfeitar, mais do que vi e me pareceu (CAMINHA, 1963, p. 1)

Pelo viés político, podemos observar a narrativa de Caminha (1963) ao descrever:

Á terça-feira, depois de comer, fomos a terra dar guarda de lenha e lavar roupa. Estavam na praia quando chegamos obra de sessenta ou setenta sem e nem nada, tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. Depois se acudiram tanto conosco que alguns nos ajudavam acarretar lenha e a meter

nos batéis. E lutavam com os nossos e tomavam muito prazer. (CAMINHA, 1963, p. 10)

Além disso, a teologia também nos é apresentada na carta, por meio de relatos como, por exemplo, a nudez dos nativos, “dali avistamos homens que andavam pela praia... eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhe cobrisse suas vergonhas.” (CAMINHA, 1963, p. 12). Nesse sentido, podemos ressaltar que ela não foi escrita para ser publicada, pois não era uma carta aberta.

ANÁLISE DE DADOS

Literatura Colonial e Pós-Colonial

Chama-nos a atenção o fato de que só a partir do século XIX, mais precisamente em 1817, a carta de Caminha aparece em sua primeira edição e, segundo historiadores, como um importante marco na formação do Cânone Literário, sendo considerada uma espécie de certidão (registro do nascimento do Brasil), contendo as primeiras impressões dos Portugueses acerca do Brasil. Assim,

O conceito de cânon implica um princípio de seleção (e exclusão) e, assim, não pode de desvincular da questão do poder: obviamente, os que selecionavam (e excluem) estão investidos da autoridade para fazê-lo e o farão de acordo com os seus interesses (isto é: de sua classe, de sua cultura, etc.). Convém atentar ainda para o fato de que o exercício desta autoridade se faz num determinado espaço institucional (REIS, 1992, p. 70)

A literatura nada mais é que os fatos da nossa vida, que são relatados e/ou contados através de alguns gêneros específicos, como, por exemplo, crônicas, contos, romances, etc. Com a autonomização dos campos do saber, a literatura, após a aprovação de instâncias de legitimação, passou a ser considerada ou aceita como ciência, ou seja, para uma obra ser considerada literária, precisa ser reconhecida por uma instância maior, como a mídia especializada, a crítica literária, a Academia Brasileira de Letras, etc.

Em 2000, a empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, na pessoa do seu presidente, Edygio Bianchi, lança um texto publicitário com o seguinte slogan: “A carta do descobrimento Pero Vaz de Caminha”, um encarte especial da revista CEP Brasil nº 11 em homenagem aos 500 anos do Brasil. No texto, há uma narração do encontro do Português com o índio, em que Caminha nos presenteou com um texto belíssimo, reconhecido como

a certidão de nascimento do nosso país. Uma passagem em específico, presente no verso do encarte, afirma que o texto é surpreendente e encantador, além de mostrar o deslumbre que os portugueses tiveram com a descoberta, se caracterizando como uma crônica excepcional dos primeiros momentos da colonização.

O termo “índio” segundo a História

Dos nossos antepassados até os dias atuais, utilizamos o termo “índio” não só em nosso país, mas nas Américas como um todo. Segundo os relatos históricos, essa nomenclatura foi utilizada de forma errônea por Cristóvão Colombo, ao chegar na América em 1492 e acreditar ter chegado às Índias, nomeando os habitantes de índios. Segundo René Kothe (1997), a “descoberta” não aconteceu de fato, pois já havia habitantes nas terras brasileiras, fato que evidencia que os Europeus já conheciam o espaço e a chegada da caravana de Caminha tinha o intuito de fazer acreditar que os portugueses teriam descoberto terras novas, que lhes pertenciam por direito.

Podemos questionar alguns aspectos importantes que nos leva a pensar inclusive o objetivo da carta, o motivo de os indivíduos aqui encontrados serem denominados primeiramente de “homens” e posteriormente de “índios”, pois sabemos que acaba assumindo um caráter pejorativo, denotando um viés político que visou durante muito tempo cercear os habitantes que aqui viviam. Acerca de tais termos, percebemos que

A Palavra “índio evidencia, às vezes, um quê de inocência por parte de quem a usa. Mas há quem a utilize conscientemente, sabendo que se trata de uma atitude política. No início dos anos 1970, o movimento indígena empregou o termo como uma forma de mostrar consciência ética. Antes disso não havia uma consciência pan-indígena entre os povos nativos; eles eram grupos isolados em suas demandas políticas e sociais, cada um lutando por suas próprias necessidades de sobrevivências. Somente depois que começaram a se encontrar, durante as famosas Assembléias Indígenas – patrocinadas pela igreja católica, através do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) -, é que as lideranças passaram a ter clareza de que as questões de seus respectivos grupos eram comuns a todos. (ROSSI, 2019, p. 1)

Daniel Munduruku (ROSSI, 2019), doutor em educação pela Universidade de São Paulo e pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, em entrevista à repórter Amanda Ross, da BBC News Brasil, no dia 19 de Abril de 2019 intitulada: “Dia do índio é data ‘folclórica e preconceituosa’ diz escritor indígena Daniel Munduruku”, deixa claro que a nomenclatura é de origem preconceituosa, pois aponta para “a ideia de

que o indígena é selvagem e um ser do passado-além de esconder toda a diversidade dos povos indígenas.”(ROSSI, 2019).

Um ponto relevante de ser ressaltado é que, segundo a história contida nos livros didáticos, os índios não tinham religião, porém compreendemos que o catolicismo foi imposto a partir dos jesuítas, visando uma imposição também da língua, pois seria uma alternativa mais fácil para ‘domesticá-los’, que foram obrigados a deixar sua religiosidade em prol da cultura do colonizador.

Os padres jesuítas tiveram grande importância no processo de construção cultural brasileira, em que o padre José de Anchieta adotou como principal pedagogia catequizar e instruir não só os colonos, mas os nativos. Quando observou que um dos seus costumes eram as danças, viu a possibilidade de realizar apresentações teatrais com o propósito de catequizá-los, disseminando a ideia que não eram abençoados por Deus pelas práticas que mantinham. O público-alvo era sobretudo as crianças, tendo em vista que os mais velhos eram mais resistentes por já terem suas religiões e sua opinião formada.

A imagem do índio na Literatura

Em “Iracema”, obra de José de Alencar (2010), há a narração da história entre o índio e o branco, estabelecendo uma analogia ao descobrimento do Brasil e de toda a América. A personagem protagonista, de nome Iracema, vive uma trágica história de amor com um homem branco, um suposto primeiro colonizador daquelas terras. O romance gira em torno dos índios tabajaras e potiguaras e das disputas pelas terras, no qual o índio é representado como o homem guerreiro, valente e que vê o homem branco como bondoso, tendo em vista ser uma obra do período romântico.

No romantismo, o artista leva em conta o seu próprio ponto de vista para orientá-lo e adentra no mundo subjetivo, sempre expressando o seu estado de alma, o seu eu. A concepção romântica é integrada à sociedade de cada época, se reinventando, deixando de lado o que lhe antecedeu. Alfredo Bosi (SCARRONE, 2010), em uma entrevista a Marcello Scarrone, da “Revista de História”, afirma, em uma das respostas, sobre o momento em que o romantismo eclode:

MS: Como a literatura foi utilizada na construção da nação brasileira após a Independência?

AB: Em um primeiro momento do romantismo, entre 1830 e 1840, procurava-se efetivamente uma figura que simbolizasse a nova nação. Não podia ser o branco português e tão pouco o negro, uma figura que lembrava a sujeição da escravidão. Quem sobrava? O índio. Gonçalves Dias e José de Alencar representam isso muito bem. O curioso é que, ao contrário do Gonçalves Dias, muitos daqueles escritores jamais tinham visto um índio. Porque os índios já estavam afastados ou dominados, não eram visíveis a olho nu como no tempo da Colônia. É justamente quando o índio vira passado que ele se transforma ideologicamente, literariamente como uma figura. E uma figura bela. Embora muitas vezes muitas vezes o índio apareça dentro de um viés conservador, como Iracema, de Alencar, que idolatra seus senhores brancos. É um indianismo muito ambivalente de Alencar. (SCARRONE, 2010, p. 1)

Segundo o estudioso, um perfil que podemos atribuir às obras de José de Alencar, na trilogia “O guarani”, “Iracema” e “Ubirajara”, é que a História não pode ser dissociada da Literatura. Nas duas primeiras obras, a condição dos índios em relação aos brancos é de inocência, facilidade para serem persuadidos e anulação da sua cultura, sobretudo religiosa, em prol da europeia. Assim, é possível destacar que “nas histórias de Peri e Iracema a entrega do índio ao branco é incondicional, implicando sacrifício e abandono de sua pertença a tribo de origem. Uma partida sem retorno” (SCARRONE, 2010, p. 1)

Em “Iracema”, a história nasce de um voto de castidade que é quebrado quando a personagem cede ao desejo do amado. Já em “O guarani”, é o personagem Peri que arrisca sua vida para proteger a família do fidalgo Antônio de Amorim, por amor à sua filha Cecília. Em ambos os romances, os índios são apresentados como personagens cheios de beleza, bravura e obediência incomparáveis, ao passo que o risco de sofrimento e morte é aceito pelo selvagem “sem qualquer hesitação, como se a sua atitude devota para com o branco representasse o cumprimento de um destino, que Alencar apresenta em termos heróicos ou idílicos” (BOSI, 2003, p. 178-179).

A partir das palavras de Bosi, percebemos a subserviência dos personagens na obra de Alencar para com os brancos, fato que é percebido desde a colonização, em que foi imposto aos índios a necessidade de obediência aos colonizadores, usando a fé como arma para domesticação.

Conclusão

No decorrer da discussão, postulamos que não é possível dissociar a Literatura da História, pois elas são elementos complementares no processo de construção e absorção

da cultura. Compreendemos, portanto, que o Brasil não foi descoberto por acaso, mas que Cristóvão Colombo já tinha adentrado em terras americanas pensando ter chegado às Índias, fato que justifica a nomenclatura “índio”.

É de suma importância, portanto, analisarmos o porquê da carta de Caminha ter sido escrita no período colonial e só ter reaparecido no século XIX e em 2000 ascender como um gênero Literário. Para isso, sabemos que a carta tinha como principal propósito relatar ao rei D. Manuel o que a comitiva acabara de “encontrar”, dando ao documento um caráter estritamente informativo.

O tema discutido neste trabalho é relevante por retratar, através dos textos literários e documentais, como a figura do índio era vista naquele contexto histórico e as nuances do contexto colonial, que refletiram nos textos literários emblemáticas que conhecemos até hoje. As obras indianistas apresentadas por Alencar corroboram com a história do no nosso país e do período cruel que foi a colonização, mediante um regime de anulação e de sofrimento para com os índios.

Referências:

ALENCAR, J. **Iracema**. Ciranda Cultural: São Paulo, 2010.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: companhia das Letras, 2003.

CAMINHA, P. V. **Carta a El Rei D. Manuel**. Dominus: São Paulo, 1963. Disponível em: http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/A_carta_de_pero_vaz_de_caminha.pdf. Acesso em: 09/03/2022.

CASTELLO, J. A. **Manifestações Literárias do período colonial: 1500-1808/1836**. São Paulo: Cultrix, 1972

HANSEN, J. A. Leituras Coloniais. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. São Paulo: Mercado de Letras, 1999.

KOTHE, F. R. **O Cânone Colonial: ensaio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

REIS, R. Canon. In: JOBIM, José Luis (Org.). **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ROSSI, A. **Dia do índio é data ‘folclórica e preconceituosa’ diz escritor indígena Daniel Munduruku**. BBC News, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962>>. Acesso em 09/03/2022

SCARRONE, M. **Entrevista com Alfredo Bosi**. In: Revista de História, Rio de Janeiro, n. 62, nov. 2010. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/alfredo-bosi. Acesso em 08/03/2022

Capítulo 4

O BARROCO PRESENTE NA ATUALIDADE

Ramon Alves Limeira

Suzany Sabino Gomes

Thaynara de Sousa Bezerra

O BARROCO PRESENTE NA ATUALIDADE

Ramon Alves Limeira

*Graduado em Administração, 2019 e em 2020. Cursando Licenciatura em Letras, oferecida
pelo Instituto Federal da Paraíba.*

Suzany Sabino Gomes

*Cursando Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, de nível de
ensino graduação, Campus João Pessoa.*

Thaynara de Sousa Bezerra

*Cursando Licenciatura em Letras à Distância com Habilitação em Língua Portuguesa pelo
Instituto IFPB Campus Sousa.*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar o quão influente o barroco é em nossa história e também em nossa atualidade. Discutiremos sobre este tema, assim como abordaremos a história daquele que é considerado o maior poeta do barroco brasileiro, sua vida e seus poemas e como o barroco pode ser encontrado nos segmentos de nossa atualidade.

Palavras-chave: Barroco, Gregório de Matos, Atualidade.

Na incessante busca pelo conhecimento, buscamos conhecer a fundo o barroco, qual a sua influência e como pode ser encontrado nos dias atuais. Para isso, analisaremos alguns estudos bibliográficos e discutiremos a partir disso, questões referentes ao barroco na atualidade. Concordamos que seria injusto discutir sobre esse tema sem abordar o considerado maior poeta do barroco Brasileiro que tem por apelido "boca do inferno". Algumas das dúvidas sobre a sua vida, obras e informações adicionais que giram em torno do universo barroco, abordaremos a seguir.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo comprovar a intervenção do Barroco na atualidade, onde mesmo com o decorrer dos anos ainda é perceptível a presença de algumas características marcantes, as quais podem ser identificadas na Arte, em músicas, na moda e na Literatura contemporânea.

O homem moderno ainda é provido de dúvidas como o homem da época do Barroco e assuntos como corpo, alma e religião são bem recorrentes e geram muitos conflitos. Este estudo viabilizou conhecer um pouco mais sobre esse movimento artístico, identificar autores que influenciaram na fundação e que defenderam essa corrente, e por fim, especificar fatores do Barroco presentes na nossa vivência atual.

A problemática é, porque explorar o Barroco?

Esse movimento ainda está intimamente conectado a atualidade e é significativo fazer essa correlação entre passado e presente para entender melhor sobre a temática.

2 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O barroco é conhecido como um movimento artístico que apresenta inúmeras demonstrações artísticas da literatura, pintura, arquitetura e música. Desenvolvidas por volta do término do século XVI e o início do século XVIII. Exibição das diferenças que o ser humano convivia na situação em que essa estética surgiu, período conhecido pela Reforma Protestante e pela Contrarreforma, o barroco relatou o exagero, o paradoxo, a antítese, a religiosidade e traços da cultura clássica em suas criações, tornando-se, de tempos a tempos, sinônimo de esbanjamento. No Brasil, um dos escritores que mais se sobressaem no meio literário, é o escritor Gregório de Matos.

Após uma série de estudos bibliográficos a respeito do Gregório de Matos, notamos que além de tudo que pode falar sobre o Gregório, destacamos a temática sacra onde se fazia notar pelas criações em outro lema presente na cultura barroca, a arte de satirizar. E nessa característica peculiar se revelaria um dos primeiros grandes leitores da sociedade brasileira. O barroco é por priorizar o gênero dos contrastes, da coexistência entre opostos, da diferenciação do bem e do mal. Esses confins se manifestaram inclusive na própria cultura literária barroca: ligados a temas sacros, destinados a convidar as pessoas a uma prática cristã e piedosa, uma vertente satírica, propicia para expor as fontes morais da humanidade e daí modificar para a retificação religiosa. Gregório de

Matos seria esplendido nas duas, trabalhando de um lado uma poesia sacra com pouca qualidade técnica e estilística, como podemos observar a seguir:

“És terra, homem, e ao pó hás de tornar-te / Vos lembra hoje Deus
por sua igreja / Que a vós se faz espelho em que se veja / A vil
matéria de que quis formar-te.
Te lembra Deus que és pó para humilhar-te. / E como o teu baixel
sempre veleja / nos mares da vaidade onde peleja / Te põe a vista
a terra onde salvar-te”.

De um lado, quem lê esses versos cheios de piedade e confiança na força da igreja católica possivelmente não imagine o Gregório de Matos capaz de confeccionar uma poesia satírica, estabelecida por firme denunciismo das reflexões morais, às vezes defrontando o chulo, inclusive utilizando termos “escandalizantes” e mesmo palavrões, observamos:

“Vossa luxúria indiscreta / é tão pesada, e violenta / que em dous
putões se sustenta / uma mulata, e uma preta: / c’uma puta se
aquieta / o membro mais desonesto, / porém o vosso indigesto, /
há mister na ocasião / a negra para trovão / e a parda para
cabresto”

A poesia satírica do barroco relata uma vertente muito específico, que é a de representação como arte popular, realizada nas praças, feiras e ruas do mundo, em dessemelhança com o que se discutia quando os assuntos eram as da fé. É desta maneira que mais uma dicotomia no barroco, a de ser uma arte que evidencia o contraste entre o erudito e o popular, o sagrado e o profano, o refinado e o vulgar. E foi especialmente com suas letras satíricas e repletas de maledicência que Gregório se destacou como grande observador da sociedade de seu tempo.

2 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Gregório é conhecido como “O boca do inferno”, por causa de suas obras satíricas, uma de suas principais obras Triste Bahia, relata os problemas da seca, e uma crítica ao

governador da época. (VIRTUOUS, 2015).

Triste Bahia. (...)Triste Bahia!
Ó quão dessemelhante.
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi abundante.
(VELOSO, 1972).

A influência do Barroco na atualidade

Mesmo com o passar de vários anos o Barroco ainda se encontra presente na cultura do brasileiro e esse movimento muitas das vezes passa por despercebido por falta de conhecimentos da população. O Barroco serve como inspiração para muitos artistas atuais e consecutivamente é a influência para a produção de algumas músicas brasileiras das quais conhecemos. Um exemplo é a música intitulada “certas coisas” cantada por Lulu Santos, a mesma apresenta nitidamente características comuns do Barroco como o uso de antíteses e paradoxos.

Observemos a letra da música relatada acima:

Música: Certas Coisas.

Não existiria som
Se não houvesse o silêncio
Não haveria luz
Se não fosse a escuridão
A vida é mesmo assim
Dia e noite, não e sim
Cada voz que canta o amor não diz
Tudo o que quer dizer
Tudo o que cala fala
Mais alto ao coração
Silenciosamente eu te falo com paixão
Eu te amo calado
Como quem ouve uma sinfonia

De silêncios e de luz
Nós somos medo e desejo
Somos feitos de silêncio e som
Tem certas coisas que eu não sei dizer

2 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nós somos medo e desejo
Somos feitos de silêncio e som
Tem certas coisas que eu não sei dizer
Silenciosamente eu te falo com paixão
Eu te amo calado
Como quem ouve uma sinfonia
De silêncios e de luz
Nós somos medo e desejo
Somos feitos de silêncio e som
Tem certas coisas que eu não sei dizer e digo
(SANTOS, 1984)

A figura de linguagem antítese é bem perceptível com as expressões opostas no uso das seguintes palavras “dia e noite” e “não e sim”. Já os paradoxos por mostrar divergências nas ideias constituídas ao mesmo pertencente e isso pode ser observado nos seguintes trechos da música: “Não existiria **som** se não houvesse o **silêncio**” e “Não haveria **luz** se não fosse a **escuridão**”.

Outra música na qual é identificado as influências do Barroco é na de Caetano Veloso denominada “O Quereres”. Observemos os seguintes trechos da música:

Onde queres revólver, sou coqueiro
E onde queres dinheiro, sou paixão
Onde queres descanso, sou desejo
E onde sou só desejo, queres não
E onde não queres nada, nada falta
E onde voas bem alta, eu sou o chão

E onde pisas o chão, minha alma salta
E ganha liberdade na amplidão
(VELOSO, 1984)

Nela, fica clara a oposição de ideias, características do Barroco, onde o ser amado nunca contra a realização no eu-lírico o que leva a infelicidade e sofrimento do mesmo, o compositor também abusa no uso de metáforas, que é uma das características do Barroco. RIBEIRO (2015).

2 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Barroco serviu também como grande inspiração para os produtores de filmes atuais. Produções como “Anjos e Demônios” e “Constatine” perpassa bem visivelmente as características barrocas. O primeiro filme relatado aborda concepções associadas à vida de Deus como é contada na Bíblia sua escritura sagrada. Relata a definição de paraíso e inferno, Deus e Satanás, anjos e demônios, vida e morte, bem e mal, pureza e pecado. É bem aparente o uso dessas antíteses no decorrer da história do filme. Já no segundo filme o termo religião ganha destaque e o uso de contrastes também, e isso, fica bem claro com o uso das palavras “anjos e demônios” referentes a céu e inferno, e “beber e fumar” relacionado ao bem e mal.

Na moda o Barroco serve como influência para as peças femininas como o uso de rendas, a mistura das cores como o vermelho e o azul em uma mesma peça de roupa, rococós, entre outras. A moda ganha força ainda segundo MARTARELLI (2013), no período de Maria Antonieta que reinou na corte de Varsailes, caracterizado pelos excessos e pelo uso de brilhos e dourados que remetiam ao ouro, cores fortes como vermelho, preto, azul e purpura.

Um grande exemplo é a releitura feita para a coleção de Inverno 2013, onde peças estruturadas, com muitos bordados e principalmente com uma mistura do dourado com preto ou vermelho tomaram a passarela, assim como os acessórios exageradamente ornamentados. MARTARELLI (2013).

3 CONCLUSÃO

Durante o processo dos estudos bibliográficos e desenvolvimento deste artigo científico, chegamos à conclusão do quão importante o barroco foi e quão importante

ainda é para a nossa literatura, notamos através de bibliografias que o barroco influenciou em muito no caminho do nosso país, sendo influenciador principalmente em nossa cultura, ou seja, na literatura, na moda, em músicas, ou até na arte em si.

O mais encantador e curioso sobre essa temática é sua forte presença na música popular brasileira e na arquitetura de determinados lugares importantes do nosso país. Por fim, ao notarmos a influência do barroco em nossa sociedade, percebemos que o barroco está enraizado dentro de nós sem que percebamos, no dia-a-dia o barroco está presente na música ouvida em casa ou no caminho para o trabalho, está presente na roupa que vestimos para sair de casa, em nossos estudos, em artes e outros espaços, mas temos a certeza que o barroco teve a sua importância no passado e tem a sua importância nos dias de hoje, sem que tenha o seu espaço apagado ou diminuído de acordo com o passar dos tempos.

4 REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Luna. O barroco e o Arcadismo na Atualidade. Disponível em:

<https://toque105.fandom.com/pt-br/wiki/12->

[O Barroco e o Arcadismo na atualidade](https://toque105.fandom.com/pt-br/wiki/12-O_Barroco_e_o_Arcadismo_na_atualidade) . Acesso em: 22/09/2021

VIRTUOUS. Barroco no Brasil. Disponível em:

<https://www.soliteratura.com.br/barroco/barroco05.php> . Acesso em: 22/09/2021

<https://barrocontemporaneo.wordpress.com/2017/04/05/a-influencia-barroca-nos-filmes/>

SANA. História da Moda. Disponível em:

<http://modahistorica.blogspot.com/2013/05/a-moda-na-era-barroca.html> Acesso em: 22/09/2021

MARTARELLI, Haldry. Badulakit Blog. Disponível em:

<https://badulakit.wordpress.com/2013/04/18/5812/> Acesso em: 23/09/2021

SANTOS, Lulu. Certas Coisas. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=fluXicAzcFo>. Acesso em 23/09/2021

VELOSO, Caetano. O Quereres. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=BJAkeUvCL1s>. Acesso em 23/09/2021

Capítulo 5

A CARTA DE CAMINHA SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA

Maria Bárbara Pereira Oliveira

Nidielle Muniz de Sousa

Raianny de Andrade Fernandes

Tâmara Ellen Ribeiro Brito

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

Gesimiel Rodrigues Santos

A CARTA DE CAMINHA SOB A PERSPECTIVA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA

Maria Bárbara Pereira Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB

Nidielle Muniz de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB

Raianny de Andrade Fernandes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB

Tâmara Ellen Ribeiro Brito

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB

Orientador: Me. Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB

Orientador: Dr^o. Gesimiel Rodrigues Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB

RESUMO: A carta de Pero Vaz de caminha possui vários pontos críticos que podem ser abordados de forma ampla. Aprofundamos o conhecimento sobre a colonização do Brasil e a contribuição que os índios tiveram para os portugueses e para a extração das riquezas que a terra recém descoberta podia oferecer. Assim sendo, encontramos no decorrer da análise critérios que ajudam na percepção desses fatos, que são as suas questões retóricas, políticas e teológicas que influenciaram para a escrita de toda a carta. Diante disso, o artigo aponta esses critérios vistos por Pero Vaz de caminha e exposto na carta, mesmo sendo considerada a primeira literatura brasileira, ainda possui propósitos a serem discutidos em relação a isso, pois acontecem os questionamentos críticos em relação ao conteúdo da carta e os fatos descritos. Foi percebido os aspectos físicos dos indígenas para a contribuição em mão de obra e o estudo em relação a seu consumo de alimentos totalmente naturais. Com o interesse econômico nas terras descobertas, Portugal colonizou o Brasil e trouxe consigo sua cultura e seus costumes para aplicar nos nativos e assim usufruir, em questão de troca, das riquezas encontradas na terra recém descoberta. Este artigo objetiva fazer uma análise sobre a carta de caminha através da perspectiva

crítica contemporânea, verificamos com a leitura da carta, que não tivemos uma colonização pacífica, como relata os fatos, e que houve todo um interesse, político, retórico e religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Carta Pero Vaz de Caminha, colonização, questões retóricas, perspectiva crítica.

ABSTRACT: Pero Vaz de walk's letter has several critical points that can be broadly. We deepened our knowledge about the colonization of Brazil and the contribution that the Indians had to the Portuguese and to the extraction of the riches that the newly discovered land could offer. Therefore, during the analysis, we found criteria that help in the perception of these facts which are their rhetorical, political and theological issues that influenced the writing of the entire letter. Therefore, the article points out these criteria seen by Pero Vaz de walks and exposed in the letter, even though it is considered the first Brazilian literature, it still has purposes to be discussed in relation to this, as there ate critical questions regarding the contente of the letter and the facts described. It was noticed the physical aspects of the indigenous people for the contribution of labor and the study in relation to their consumption of totally natural foods. With the economic interest in the discovered lands, Portugal colonized Brazil and brought its culture and customs with it to apply to the natives and thus enjoy, in a matter of exchange, the riches found in the newley discovered land. This article aims to analyze the letter of walk through the conteporary critical, perspective, we verfied with the Reading of the letter, that we did not have a peaceful colonization, as reported by the facts, and that there was na interest, political, rhetorical and religious.

KEYWORDS: Pero Vaz de walk's letter, colonization, rhetorical questions, critical perspective.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo Kothe (1997, p. 222), “a carta não deve ser lida apenas no que ela manifestamente diz, mas no que ela silencia, no que deixa fora ou não explicita”. Por isso, esse texto precisa ser divulgado para que se tenha um reconhecimento de como os interesses da classe dominante foram mais fortes durante o período de colonização.

A carta de Pero Vaz de Caminha, foi transformada como marco inicial da literatura brasileira, ela conta uma história do ponto de vista do colonizador. A carta descreveu ao Rei sua experiência quando ele e sua frota chegaram às terras correspondentes brasileiras, descrevendo o primeiro contato com os indígenas, bem como as características da terra e um conveniente relato dos detalhes que encontrou como a realização da primeira missa, por exemplo. No entanto, é necessário refletir criticamente se esta descrição está realmente em consonância com a realidade, o que não mostra uma verdadeira coerência lógica, porque os fatos descritos na carta são muito ilusórios e utópicos, tendo como objetivo o favorecimento da visão e cultura portuguesa.

Considerando esses fatos citados acima – que tem delimitado as aulas do componente curricular “Literatura brasileira I”, do curso de Licenciatura em Letras, modalidade EaD, do IFPB, constituímos a seguinte questão-problema: como analisar a carta de Caminha sob uma perspectiva crítica contemporânea? Visto que a perspectiva da carta passada no Brasil é uma visão extremamente estereotipada.

O que a carta mostra é que os portugueses estavam chegando ao Brasil para salvar o país, trazendo civilização para um povo inculto, grosseiro, mas a influência da carta no nosso imaginário, durante muito tempo até mesmo nos livros didáticos, é o processo de colonização que aconteceu de forma pacífica, que não houve resistência dos nativos e que foi uma ação tranquila. Com base na história do Brasil sabemos que não se realizou de forma amena, os colonizadores não salvaram os nativos e sim os extinguiram.

Segundo Castro o nativo foi entendido como um povo sem voz, podiam reclamar a vontade, pois o seu idioma não era compreendido e, mesmo se houvesse entendimento, as terras já tinham um novo dono. E a carta mostra isso, quando em suas primeiras páginas enfatiza: “Posto que o Capitão-mor dessa Vossa frota e assim igualmente os outros capitães escrevam a Vossa Alteza dando notícias do achamento desta Vossa terra nova, que agora nesta navegação se achou, [...]” (CASTRO, 2000, p. 88). Dessa forma, é com esse propósito de entender melhor como se deu o processo de colonização do Brasil que justifica a importância desse trabalho.

A leitura da carta de Caminha é importante e necessária para uma reflexão diante da situação imposta ao Brasil pelos portugueses. Fazendo uma análise sob a perspectiva crítica vamos perceber a resistência dos nativos durante a invasão dos portugueses nas terras brasileiras, e perceber a real forma que aconteceu a colonização, como citado não sendo tão pacífica. Houve imposição da fé católica e a resistência de alguns nativos. É importante ressaltar, que por trás dessa carta houve todo um interesse político, religioso, retórico. Partindo disso, este artigo objetiva fazer uma análise sobre a carta através de uma perspectiva crítica contemporânea, considerando os aspectos críticos, políticos e religiosos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A PERSPECTIVA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA, SEGUNDO ADOLFO HANSEN

Diferente da visão tradicional lançada sobre os escritos coloniais, em que o padrão de pesquisa é baseado na evolução do nativismo para o nacionalismo, a perspectiva contemporânea busca descobrir o interesse por expressões literárias em obras não literárias. Existem alguns estudos que mostram diferenças com escritos da era colonial, auxiliando João Adolfo Hansen (autor de *A sátira e o engenho*, 1989) para suas contribuições.

Observemos as palavras de Hansen, transcritas abaixo:

Sabemos que os textos luso-brasileiros do século XVII, que hoje eventualmente lemos como literários, chegaram ao presente apropriados desde o século XIX nos programas nacionalistas de invenção de tradições. Esses programas adaptaram-nos a vários usos interessados e, por vezes, fizeram leituras corretoras deles. Muitos foram excluídos do cânone por não serem exemplares do telos nacionalista. Os que foram selecionados e mantidos tiveram sua estrutura retórica, sua função política e seu valor poético redefinidos por meio de categorias da subjetividade pós-iluminista de uma concepção do processo histórico, como evolução e progresso. (HANSEN, 1999, p. 172).

Nas palavras de Adolfo Hansen a perspectiva tradicional não considera os aspectos políticos, religiosos e retóricos que estão presentes nos escritos coloniais, incorrendo em anacronismos, de modo a forjar um cânone de constante nacionalista.

Hansen propõe uma compreensão da "retórica e normatividade teológica e política da prática da representação colonial" (Hansen, 1999, p. 174). Em outras palavras, ele defende que o estudo e a leitura dos escritos coloniais devem se basear nos aspectos retóricos, políticos compreendendo assim a função utilitária no contexto da representação.

A DESCRIÇÃO DO NATIVO, COM BASE NA CARTA

Depois de compreender todos os aspectos citados acima, iremos analisar os aspectos ideológicos contidos na carta escrita por Pero Vaz de caminha, onde encontramos muitos vestígios de tentativas de "encobrir a verdade", alguns muito lógicos que claramente podem ser notados.

Os trechos a serem considerados, são aqueles que descrevem a aparências dos nativos, ou seja, seus aspectos físicos:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepena, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguia mais lavagem para a levantar. (Trecho "A carta de Pero Vaz de Caminha", Ministério da cultura).

Diante dessa citação percebe-se que o propósito era descrever esses detalhes fisiológicos sobre a aparência física dos indígenas, com o objetivo de mostrar à coroa portuguesa as características daqueles que poderiam servir como mão-de-obra para lhes favorecer. Com isto, os nativos passaram a ser objetos que podiam beneficiar Portugal, servindo-lhe como "servos" que cultivava produtos. Kothe (1997) diz: "Sendo o rei o destinatário da Carta, é capaz de distribuir benesses a quem lhe trouxesse boas notícias, havia interesse em dizer que os novos 'súditos' tinham bons narizes, bons rostos, bons corpos." (KOTHE, 1997, p.217)

Da mesma forma há relatos que descrevem a alimentação, o cardápio que os nativos consumiam, relatados na Carta:

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. (Trecho "A carta de Pero Vaz de Caminha", Ministério da cultura).

Entende-se, em primeiro lugar, que a finalidade desse trecho é justificar a força e a vitalidade que os nativos obtêm através da alimentação, e promover a ideia da sua resistência e força para serem usados para mão de obra, trabalhando feito escravos em benefício de Portugal. Em segundo lugar, percebemos no trecho as descrições sobre a terra, ou seja, que a sua produtividade atingiu o nível em que os indígenas não precisaram mais da agricultura, por isso comiam o que se achava nas árvores.

Outro ponto a ser considerado, é a relação de convivência entre os portugueses e os indígenas, como vemos no trecho a seguir, segundo Pero Vaz:

Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhe davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebiam alguns deles vinho; outros o não podiam beber. Mas parece-me, que se lho avezarem, o beberão de boa vontade. Andavam todos tão dispostos, tão bem-feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha,

quanta podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis. Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles. (Trecho "A carta de Pero Vaz de Caminha", Ministério da cultura).

Temos um mito de uma convivência pacífica, que tenta mostrar a relação entre portugueses e índios de uma forma natural, como se eles trocassem presentes entre si (os índios davam dos produtos da terra, enquanto os portugueses produtos que os índios não conheciam), e também havia relatos deles comendo e caminhando juntos, como se tudo isso acontecesse da forma mais natural e amigável possível. Kothe (1997), diz: "[...] O privilegiamento da Carta de Caminha, como documento do encontro entre portugueses e índios, tem como uma de suas funções ideológicas camuflar a existência de tais elementos negativos [inferioridade e barbárie]. Pela Carta, o encontro das duas culturas foi somente uma festa, um maravilhamento mútuo." (KOTHE, 1997, p.220)

COMO ANALISAR A PRESENÇA DE ASPECTOS RETÓRICOS, POLÍTICOS E TEOLÓGICOS NA CARTA DE CAMINHA?

A QUESTÃO RETÓRICA

Ao relatar para o rei de Portugal sobre as belezas de terras brasileiras e sobre a vida e os costumes dos nativos, Pero Vaz utiliza da retórica, que representa uma fala (escrita) eloquente e rebuscada, uma linguagem eficaz e persuasiva. Hansen (1999) defende que os textos coloniais, incluindo a Carta de Caminha, devem ser estudados pelo viés retórico considerando todos os aspectos.

Vamos ver passagens da Carta e perceber a presença de elementos retóricos?

Senhor Posto que o Capitão-mor desta vossa frota e assim igualmente os outros capitães escrevam a Vossa Alteza dando notícias do achamento desta Vossa terra nova, que agora nesta navegação se achou, não deixarei de também eu dar minha conta disso a Vossa Alteza, fazendo como melhor me for possível, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que todos. Queira porém Vossa Alteza tomar minha ignorância por boa vontade, e creia que certamente nada porei aqui, para embelezar nem para enfeiar, mais do que vi e me pareceu. (CASTRO, 2000, p. 76)

É estranho considerar que a carta de caminha não foi escrita para ser publicada e cuja primeira edição é somente de 1817, pois a Carta não apresenta elementos literários, ao contrário, expõe um gênero epistolar que possui caráter informativo histórico documental e não foi escrita para ser publicada (KOTHE, 1997).

ASPECTOS TEOLÓGICOS

Na questão teológica são infinitas ocorrências textuais que destaca a presença religiosa em todo o processo de colonização, o componente religioso se destaca evidenciando a influência religiosa a partir do discurso de “inocência” e ainda refletindo o “nativo” sem malícia presente na descrição da carta de caminha

Analisemos o trecho a seguir, escrito por Pero Vaz, em sua Carta.

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. (Trecho "A carta de Pero Vaz de Caminha", Ministério da cultura).

É possível perceber a falta de respeito aos nativos, onde os colonizadores acharam -se no direito de catequizá-los, desconsiderando toda a fé, cultura e costumes indígenas.

ASPECTOS POLÍTICOS

Tudo está relacionado a questões políticas, e com a chegada dos portugueses as terras brasileiras não foi diferente, até porque tudo o que estava sendo relatado dizia respeito ao projeto expansionista de Portugal. Esse aspecto por si caracteriza a questão política dos portugueses. E esse aspecto político já se manifesta na estratégia de chamar a chegada dos portugueses ao Brasil de “descobrimento”. O descobrimento do Brasil foi, sobretudo, uma ficção histórica, pois ia se descobrir o já descoberto?

Kothe (1997, pg. 201) assim compreende a questão: O “Descobrimento do Brasil em 1500”, embora tenha de fato ocorrido a expedição de Cabral, foi sobretudo uma ficção histórica, pois ia “descobrir” o já descoberto. Fundamental não era o “descobrimento”, mas a apropriação jurídica da terra.

Porém, nada era dissociado das questões teológicas, de modo que “o melhor fruto que dela [a terra] se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza nela deve lançar” (CASTRO, 2000, p.98). A Expansão mercantilista, buscava explorar as riquezas do Brasil. Vemos Trecho "A carta de Pero Vaz de Caminha", Ministério da Cultura.

[...]enquanto andávamos nessa matar a cortar lenha, atravessa alguns papagaios por essas arvores, deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá muitos nesta terra. [...]”
[...]Cerca da noite nos volvemos para as naus com nossa lenha. [...]

Esses trechos evidenciam a questão política, e os interesses dos colonizadores, a expansão mercantilista visava o lucro e com isso, os colonizadores iam se apropriando do que não era deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desses fatos mencionados, não podemos compreender que tudo o que foi descrito aconteceu de forma pacífica e amigável como descrito na Carta, mas que com essas declarações houve uma tentativa de encobrir o encontro entre os portugueses e nativos para tentar encobrir com isso a “barbaridade” da tomada das terras habitadas pelos nativos, os quais foram os mais atingidos nessa história. O descobrimento do Brasil foi, sobretudo, uma ficção histórica, pois ia se descobrir o já descoberto? O fundamental não era o “descobrimento”, mas a apropriação da terra. Portanto, a partir dessas comparações, ficou claro que por traz dessa carta houve todo um interesse, político, retorico e religioso.

REFERÊNCIAS

- CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha. Ministério da Cultura.** Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, p. 1-14. Disponível em: Acesso em: 13 de setem. 2021.
- CASTRO, Silvio. **A Carta de Pero Vaz de Caminha: O Descobrimento do Brasil.** Porto Alegre: L&PM, 2000.
- HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII.** São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- HANSEN, João Adolfo. **Leituras Coloniais. In: ABREU, Márcia (org.). Leitura, História e História da Leitura.** FAPESP; Mercado de Letras, 1999.
- KOTHE, Flávio Rene. **O cânone colonial: ensaio.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Capítulo 6

ELEMENTOS NAS ESCRITURAS DOS PADRES JOSÉ DE ANCHIETA E ANTÔNIO VIEIRA QUE FAVORECERAM PARA UM PROPÓSITO PEDAGÓGICO ACERCA DOS NATIVOS NO PERÍODO COLONIAL

Tatiane Macedo de Almeida

ELEMENTOS NAS ESCRITURAS DOS PADRES JOSÉ DE ANCHIETA E ANTÔNIO VIEIRA QUE FAVORECERAM PARA UM PROPÓSITO PEDAGÓGICO ACERCA DOS NATIVOS NO PERÍODO COLONIAL

Tatiane Macedo de Almeida

*Graduanda no curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa
pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). E-mail:
tatiane.macalm@gmail.com.*

Resumo

As primeiras manifestações literárias e artísticas aconteceram no início do século XVI, primeiro século de colonização. Essas escrituras neste momento tinham como principal objetivo os registros das terras recém colonizadas pelos portugueses e o processo de evangelização dos nativos por meio da catequese, comandado pela Igreja Católica e sabendo da importância dos escritos dessa época por seu valor histórico-documental e literário para o Brasil este trabalho busca identificar nas escrituras dos Padres José de Anchieta e Antônio Vieira os elementos presentes nos textos que favorecem o propósito pedagógico acerca dos nativos brasileiros. Com a leitura do material usado como base na produção deste trabalho foi capaz de compreender que os escritos dos jesuítas e que alguns desses escritos em tupi, uma escrita de fácil compreensão e a retórica foram os principais elementos que facilitaram o propósito pedagógico dentro dos ensinamentos cristãos e da construção de um povo colonizado com uma base imperialista europeia.

Palavras-chave: Nativo. Jesuíta. Brasil. Escritos coloniais. Propósito pedagógico.

Abstract

The first literary and artistic manifestations took place in the beginning of the 16th century, the first century of colonization. These writings at this time had as their main objective the records of lands recently colonized by the Portuguese and the process of evangelization of the natives through catechesis, commanded by the Catholic Church and knowing the importance of the writings of that time for their historical-documentary and literary value for the Brazil This work seeks to identify in the writings of Fathers José de Anchieta and Antônio Vieira the elements present in the texts that favor the pedagogical purpose about Brazilian natives. With the reading of the material used as a basis for the production of this work, he was able to understand that the writings of the Jesuits and that some of these writings in Tupi, an easy-to-understand writing and rhetoric were the main elements that facilitated the pedagogical purpose within the Christian teachings. and the construction of a colonized people with a European imperialist base.

Keywords: Native. Jesuit. Brazil. Colonial writings. Pedagogical purpose.

Introdução

Os escritos da época colonial brasileira são de suma importância por seu valor histórico-documental e literário para o Brasil. Os primeiros textos escritos no Brasil surgiram em função dos objetivos dos navegantes. Um exemplo clássico de tais escritos é a Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita à Coroa de Portugal onde narra o “descobrimento” das terras brasileiras no ano de 1500, que nos possibilitou várias vertentes de estudos na qual foi possível compreender o seu papel social e cultural na história.

O século XVI foi o período das primeiras manifestações literárias e artísticas nesse início de século de colonização brasileira, período esse denominado de Quinhentismo. As escrituras neste momento tinham como principal objetivo os registros das terras recém colonizadas pelos portugueses e o processo de evangelização dos nativos por meio da catequese, comandado pela Igreja Católica. A Igreja Católica criou uma organização denominada Companhia de Jesus ou Ordem dos Jesuítas no período da Contrarreforma, e enviou diversos missionários, os jesuítas, para as terras colonizadas tanto por Portugal como pela Espanha.

No Brasil, os jesuítas tiveram grande influência não só dentro do seu papel religioso como também na educação, eles foram responsáveis pela criação de escolas e instituições logo nas primeiras décadas da colonização. Alguns padres jesuítas marcaram a história brasileira com o legado deixado no período colonial, como poemas, sermões, cartas, tratados e diálogos. Entre esses jesuítas destacamos os padres José de Anchieta e Antônio Vieira.

Considerando esse breve contexto histórico e os vários caminhos de estudos possíveis para análise de textos coloniais, tomamos como base os escritos dos jesuítas para exame, no qual teremos como norteador da pesquisa os elementos presentes nos textos que favoreceram o propósito pedagógico acerca dos nativos brasileiros.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar, especificamente, como eram os métodos de educação acerca dos negros da terra (forma que os portugueses chamavam os escravos indígenas no Brasil), a partir dos dogmas da Igreja Católica e da Coroa Portuguesa, na busca de compreender a forma pedagógica utilizada na época.

Os Padres

Os jesuítas, missionários da Companhia de Jesus, tinham ideologias a serem seguidas conforme os interesses do Estado Português e da Igreja Católica “que agiam como elemento regulador da sociedade, cumprindo e fazendo cumprir uma série de leis, ordenações, alvarás e provisões reais, portarias e estatutos coloniais, normas eclesiásticas, conciliares e inquisitoriais” (CASIMIRO, 2012, p.39).

Para esse projeto de expansão e domínio colonial era preciso seguir as regras disciplinares, passíveis de punição, para um desenvolvimento exitoso. Essas regras abrangem diversos aspectos, “de comportamento civil e religioso, regras nas relações familiares, práticas sociais, afetivas e sexuais, regras no falar e no calar, na ação e no pensamento” (CASIMIRO, 2012, p.39).

E se tratando dos nativos, essa submissão ao rei e a igreja começa involuntariamente através de realização de missas e logo depois a catequese, assim submetendo os indígenas a uma evangelização europeia. Todo esse processo era realizado pelos jesuítas tornando-se um elemento crucial para um projeto de interesses idealizados pelos colonizadores para o Brasil.

O padre José de Anchieta³ foi o responsável pela escrita de uma gramática tupi no intuito de levar a palavra da igreja e ainda uma forma de atender os interesses dos portugueses sobre as terras colonizadas. Na obra *Dialética da colonização*, em ensaio intitulado “Anchieta ou as flechas opostas do sagrado” de Alfredo Bosi, ele faz algumas considerações na qual podemos compreender melhor como Anchieta produzia seus textos de uma maneira a facilitar o aprendizado.

Alegoria e catequese

Quando escrevia para os nativos, ou para colonos que já entendiam a língua geral da costa, o missionário adotava quase sempre o idioma tupi. O trabalho de aculturação lingüística é, nesses textos, a marca profunda de uma situação historicamente original. O poeta procura, no interior dos códigos tupis, moldar uma forma poética bastante próxima das medidas trovadorescas em suas

³ Nasceu na ilha de Tenerife, uma das Canárias, em 1534 e faleceu em Reritiba (Espírito Santo) em 1597. Veio para o Brasil ainda noviço em 1553; logo fez sentir sua ação apostólica fundando com Nóbrega um colégio em Piratininga, núcleo da cidade de S. Paulo. Pelo zelo religioso e pela sensibilidade humana, Anchieta ficou na história da colônia como exemplo de vida espiritual particularmente heróica nas condições adversas em que se exerceu. (BOSI, 1999, p. 19).

variantes populares ibéricas: com o verso redondilho forja quadras e quintilhas nas quais se arma um jogo de rimas ora alternadas, ora opostas. (BOSI, 2009, p. 64).

Dentro da sua condição religiosa, o missionário buscava emergir em seus poemas os aspectos teológicos para não se afastar do propósito da Igreja Católica sempre buscando palavras no tupi de valor aproximado ao português para levar a mensagem católica para o povo colonizado.

A significância da obra do padre Antônio Vieira⁴ para o período colonial, sempre considerando os interesses religiosos e políticos da época, é a retórica presente nos escritos. O missionário usava bem as palavras possuindo um poder de argumentação e convencimento de forma clara e pontual alcançando êxito em seu propósito na difusão de ensinamentos.

Essa arte de bem escrever e falar não passou despercebida pelo grande escritor literário Fernando Pessoa⁵ o denominando de “o imperador da Língua Portuguesa” e não lhe poupou elogios:

Antônio Vieira é de fato o maior prosador – direi mais, é o maior artista – da Língua Portuguesa. Reverenciemos, pois, esse artista, sem deixar de percebê-lo, ainda, como uma personalidade complexa, rica e polêmica, se considerarmos, sobretudo, as circunstâncias históricas e culturais da época em que ele viveu e ainda os valores vigentes da Igreja Católica, a quem o orador servia.

Essa exuberância vocabular era um elemento fortíssimo com grande capacidade de compreensão por parte daqueles que estavam atentos às sutilezas assim conseguindo convencer a praticar as virtudes ensinadas e presentes em seus sermões. Vieira também usava a fé como instrumento de ensino que se refletiu em críticas acerca da desumanidade com os indígenas que se estendiam à raça negra como por exemplo os africanos, nascidos ou não no Brasil.

⁴ Embora de nacionalidade portuguesa – nasceu em Lisboa, em 1608 –, tem sua existência arraigada de forma irremediável no Brasil, onde viveu por vários anos, produziu vários sermões e outros escritos e veio a falecer em 1681. (INÁCIO; SILVA; RODRIGUES, p. 148).

⁵ (TANCREDI, S.) Considerado um dos principais nomes da Literatura mundial e, em especial, da Literatura Portuguesa, Fernando Pessoa foi um escritor, poeta, redator e tradutor.

Precisamos considerar as ideologias, os interesses do colonizador, a moral e o intuito teológico do período para compreendermos o quanto à frente do seu tempo estava o missionário, mesmo que contrariando o que preconizava a igreja e indo de frente com os interesses da Coroa de Portugal que tinha por objetivo a expansão das terras colonizadas e o domínio do povo colonizador.

Nas palavras de Casimiro, “Sobre a escravização dos índios, Vieira denunciou as práticas escravistas *fora da lei*, mas não deixou de, simultaneamente, apontar o caminho correto para obtenção de escravos legais - no caso, os prisioneiros de *guerra justa e resgate*” (2001, p. 148). Apesar das críticas a escravidão, o padre fazia apelações para os nativos se submeterem ao domínio dos senhores pois, como membro da Companhia de Jesus e representante da Igreja Católica, a escravidão na época colonial era base de sustentação da economia e tinha o aval da igreja.

Conclusão

A obra do Padre José de Anchieta serviu de base para a construção de uma educação religiosa e imperialista para os negros da terra no Brasil Colônia. Com o aprendizado da língua tupi e o início de escrituras nessa gramática possibilitou a ele levar os ensinamentos bíblicos aos nativos e uma adoração ao branco europeu como “salvador” de seu povo, os submetendo aos interesses da Igreja Católica e da Coroa de Portugal. Em seus poemas e autos a presença de anjos e demônios eram frequentes emergidos no catolicismo. Destacam-se nos poemas sua construção com “versos e estrofes curtos, com bastante musicalidade. Sem dúvida alguma, elementos que deveriam favorecer o intuito pedagógico (catequético) do jesuíta”. (INÁCIO; SILVA; RODRIGUES, p. 48). O que facilitou a captação e compreensão por parte dos nativos da mensagem evangelizadora.

O Padre Antônio Vieira, como bom orador e uma base retórica forte presente nos textos, buscava em seus sermões, convencer, persuadir, induzir ou influenciar a sociedade com base nos ensinamentos da Igreja Católica e como um instrumento fundamental no processo de construção do Império. Como bem diz Casimiro sobre o jesuíta, “Pregador eloqüente, numa época de literatura barroca e proselitista, usou abundantemente de

⁶ Fragoso (1992a, p. 167-200) comenta as bulas papais que legalizaram as práticas escravistas e o posicionamento dos religiosos acerca da escravidão. A escravidão dos índios só era legal em casos de *resgate* ou *guerra justa*.

todos os recursos estilístico-literários barrocos para convencer a sociedade daquele período sobre a desumanidade da escravidão”. (2001, p. 147). A fé também foi um elemento fundamental nesse período Barroco⁷ pois o medo era um sentimento muito forte presente no homem da época fazendo com que buscassem os conselhos cristãos em busca de salvar suas almas.

No decorrer da construção do trabalho foi possível compreender que os escritos dos jesuítas, como poemas, autos e sermões, os primeiros escritos em tupi, uma escrita de fácil compreensão e a retórica foram os principais elementos que facilitaram o propósito pedagógico dentro dos ensinamentos cristãos e da construção de um povo colonizado com uma base imperialista europeia.

Referências

BOSI, A. Anchieta ou as flechas opostas do sagrado. In: **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **História concisa da literatura brasileira**. 36. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CASIMIRO, A. P. B. S. **As categorias pedagógicas no Brasil barroco**: um estudo sobre os sermões jesuítas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 9, n. 36, p. 38–56, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i36.8639639. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639639>>. Acesso em: 12 set. 2021.

CASIMIRO, A. P. B. S. **Quatro Visões do Escravismo Colonial**: Jorge Benci, Antônio Vieira, Manuel Bernardes e João Antônio Andreoni. Politeia - História e Sociedade, [S. l.], v. 1, n. 1, 2010, p. 141-151, 2001. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3970>>. Acesso em: 17 set. 2021.

FRAGOSO, H. (OFM). **Sklaverei in Brasilien**: Die Haltung der Orden in einer umstrittenen Frage. In: Conquista und Evangelisation, Mainz: Matthias Grunewald – Verlag, 1992a. p. 167-200.

⁷ (SOUZA, W.) **Barroco** é o nome de um estilo de época surgido no final do século XVI, na Itália, e caracterizado por **forte influência religiosa**, devido ao contexto histórico marcado pela Reforma Protestante e pela Contrarreforma. No entanto, ao lado de tanta religiosidade, havia também, na época, um forte **apelo aos prazeres sensoriais**. Desse modo, o estilo configura-se, basicamente, na aproximação dos opostos.

INÁCIO, F. A.; SILVA, O. M.; RODRIGUES, S. S. O. **Padre Antônio Vieira**: a arte da palavra e do convencimento. Literatura Brasileira I, un 02, aula 10. Disponível em: Biblioteca do Curso Licenciatura em Letras - EaD. Acesso em: 18 set. 2021.

SOUZA, W. **Barroco**. In.: Brasil Escola. Disponível em:
<<https://brasilescola.uol.com.br/literatura/o-barroco.htm>>. Acesso em 25 set. 2021.

TANCREDI, Silvia. **Fernando Pessoa**. In.: Brasil Escola. Disponível em:
<<https://brasilescola.uol.com.br/biografia/fernando-pessoa.htm>>. Acesso em: 20 de mar. 2022.

Capítulo 7

**CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: LITERATURA
E INFORMAÇÃO SOBRE O NASCIMENTO DO
BRASIL**

Silvan Gomes da Silva

Rosania Batista do Nascimento

Josicleide Ferreira da Silva

Ana Paula da Silva

Sebastião Medeiros Vieira

CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: LITERATURA E INFORMAÇÃO SOBRE O NASCIMENTO DO BRASIL

Silvan Gomes da Silva

Graduado em Pedagogia-Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gestão de Políticas Públicas Gênero E Raça (GPPGER)- Universidade Federal da Paraíba. Especialista Em Gênero E Diversidade Na Escola (GDE)-Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciências da Educação- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO CECAP -(INCECAP)- Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa. E-mail: silvan-neide@hotmail.com.

Rosania Batista do Nascimento

Graduada em Pedagogia – Nossa Senhora de Fatima. Pós graduada Psicopedagogia Clínica Institucional – FAVENI. Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa. E-mail- rosanianascimento_@hotmail.com

Josicleide Ferreira da Silva

Curso Técnico de Informática pela UFRN Macaíba - Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa. E-mail Academia: josicleide.ferreira@academico.ifpb.edu.br

Ana Paula da Silva

Pedagoga pela instituição: FACEN Faculdade de ciências Educacionais e empresárias de Natal. Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa – E-mail ana.silva.6@academico.ifpb.edu.br

Sebastião Medeiros Vieira

Formação técnico Agropecuário UFPB Bananeira – Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa. E-mail bastiao147@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar se a Carta de Pero Vaz de Caminha pode ser considerado Literatura e também trás informações sobre o Nascimento do Brasil. Portanto, nosso intuito é justamente apontar os elementos que compõe os pressupostos acima, para tanto, nos fundamentamos em bases estritamente bibliográficas. Espera-se que este trabalho sirva para a problematização e o entendimento da Carta de Caminha, apontamento tão importante para a identificação do povo brasileiro. Diante da conjectura, para o desenvolvimento deste estudo, foi empregada a revisão bibliográfica, a qual permitiu desenvolver uma compreensão do tema deste artigo ao ponto de possibilitar uma articulação de informações que serviram de base para a construção da investigação proposta. Portanto, sua finalidade foi discutir a temática em pauta, tendo como norte sua problemática e seus objetivos apresentados em seções anteriores deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Carta. Pero Vaz de Caminha. Literatura. Informação. Brasil

ABSTRACT

This article aims to investigate whether Pero Vaz de Caminha's Letter can be considered Literature and also brings information about the Birth of Brazil. Therefore, our intention is precisely to point out the elements that make up the above assumptions, for that, we base ourselves on strictly bibliographic bases. It is hoped that this work will serve to problematize and understand Caminha's Letter, an important point for identifying the Brazilian people. Given the conjecture, for the development of this study, a literature review was used, which allowed to develop an understanding of the theme of this article to the point of enabling an articulation of information that served as the basis for the construction of the proposed investigation. Therefore, its purpose was to discuss the topic at hand, having as its focus its problematic and its objectives presented in previous sections of this article.

KEYWORDS: Letter. Pero Vaz de Caminha. Literature. Information. Brazil

1.INTRODUÇÃO

A carta de Pero Vaz de Caminha foi dirigida ao rei de Portugal, D. Manuel 1º, escrita dentre abril e maio de 1500, quando a esquadra de Cabral se aprontava para deixar o Brasil e seguir em direção á Índia. No seu conteúdo o escrivão da esquadra descreveu sobre a descoberta da terra, delineando suas particularidades e a relação com os indígenas.

Segundo Araújo (2011), a partir dos seus estudos, certifica-se que existem na carta informações que a configura tanto como documento histórico como também como obra literária. Sabe-se que o descobrimento do Brasil é um acontecimento, porém a modo como foi narrado é que leva a uma dúvida da existência, nessa obra, de subsídios favoráveis da Literatura.

Para Prestes (2010), o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro (IHGB) divulgou em 1877, com documento do Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo Varnhagem, a Carta de Pero Vaz de Caminha, com o princípio: “A cerca de como não foi na – Coroa Vermelha – na enseada de Santa Cruz: que Cabral desembarcou e em que fez dizer a primeira missa”. (PRESTES, 2010, p. 430) A finalidade desta revelação era noticiar a “certidão de nascimento” da nação brasileira. Em meio ao Romantismo, a consagração da pátria era uma das fundamentais temáticas que o Estado Imperial oferecia apoio para as divulgações literárias e trabalhos artísticos.

Diante das conjecturas, este artigo apresenta como problemática: a Carta de Pero Vaz de Caminha pode ser considerado Literatura e também trás informações sobre o Nascimento do Brasil?

Com base nessa problemática, o presente artigo tem como objetivo investigar se a Carta de Pero Vaz de Caminha pode ser considerado Literatura e também trás informações sobre o Nascimento do Brasil. Referentes aos objetivos específicos destacam-se os seguintes: Refletir sobre a relação da carta de Pero Vaz de Caminha com a literatura; corroborar se carta de pero Vaz de Caminha traz Informações Sobre o Nascimento do Brasil

O presente artigo justifica-se a partir das inquietações sobre o conteúdo da Carta de Pero Vaz de Caminha, onde promove-se um estudo teórico científico, na busca de informações se a mesma pode ser considerada Literatura e também trás informações sobre o Nascimento do Brasil.

O valor da presente pesquisa para a academia, mais precisamente para o curso de Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, visa contribuir com a produção literária e científica sobre a temática. Do ponto de vista pessoal, o desenvolvimento deste trabalho além de suprir uma curiosidade criada durante o curso, representa nova oportunidade de desenvolver e aprimorar conhecimentos técnicos, de análise, síntese, comunicação, possibilitando maior aproximação nesta área de seu interesse.

Para a execução deste estudo, buscou-se como metodologia a pesquisa qualitativa. Para tanto, Günther (2008, p. 205) afirma que a “utilização da pesquisa qualitativa permite obter mais informações”, haja vista que se estrutura a partir do levantamento de

conteúdos sobre o tema, aprofundamento bibliográfico da área, observação como fonte de captura da realidade social. A pesquisa qualitativa estrutura metodologicamente o trabalho acadêmico, porque diante das múltiplas possibilidades de se averiguar os fenômenos estudados que abarcam o tema que foi analisado, consegue ser contundente no que tange ao entendimento das intrincadas relações sociais, constituídas nos múltiplos ambientes.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizada a revisão bibliográfica, a qual permitiu desenvolver uma compreensão do tema deste artigo ao ponto de possibilitar uma articulação de informações que serviram de base para a construção da investigação proposta. Portanto, sua finalidade foi discutir a temática em pauta, tendo como norte sua problemática e seus objetivos apresentados em seções anteriores deste artigo.

Buscou-se o material bibliográfico nos seguintes bancos de pesquisa: Google Acadêmico, Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do portal Scientific Electronic Library Online (SciELO). A revisão bibliográfica foi desenvolvida mediante escolha de trabalhos que se alinharam com o título deste artigo.

2.DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

A carta de Pero Vaz de Caminha foi enviada ao rei de Portugal, D. Manuel 1º. Sua composição foi no meio de abril e maio de 1500, a partir do momento que a esquadilha de Cabral se organizava para deixar o Brasil e seguir para a Índia. No seu teor o tabelião da esquadra escreve a respeito do achado da terra, apresentando suas características e a relação com os nativos.

2.1 Relação da carta de Pero Vaz de Caminha com a literatura

Segundo Leite (2002), por ter sido escrita no período do descobrimento, a carta de Pero Vaz de Caminha é ressaltada como primeiro documento literário do Brasil. Ela

retrata especialmente a maneira como Caminha aprecia a multiplicidade da flora tropical e como apresenta os povos indígenas.

Para Fernandes (1996), a termo literatura tem origem do latim “litterae” que significa letras, pode ser entendida como “arte de compor obras literárias; carreira de letras; conjunto de trabalhos literários de um país ou de uma época; os homens de letras”. Portanto, percebe-se que a significado de literatura está vinculada à percepção estética, aonde a proposta primitiva é permitir uma impressão de prazer e sentimento ao receptor.

Para tanto:

A Literatura constitui uma forma de conhecer o mundo e os homens: dotada duma séria “missão”, colabora para o desvendamento daquilo que o homem, conscientemente ou não, persegue durante toda a existência. E, portanto, se a vida de cada um corresponde a um esforço persistente de conhecimento, superação e libertação, à Literatura cabe um lugar de relevo, enquanto ficção expressa por palavras de sentido multívoco. (MOISÉS, 2005, P. 44).

Araújo (2011) enfatiza que a Literatura traz enfoque do conhecimento de mundo e os homens, como cita Moisés, pode-se afirmar que tem muito de História, como ciência, nesse campo. Portanto, não seria incomum se procurássemos perceber a Carta de Pero Vaz de Caminha, que durante muitos anos, foi avaliada como um documento caracteristicamente histórico, sob a perspectiva literária.

Diante dos pressupostos, é importante salientar que a Carta de Caminha é considerada como o primeiro documento registrado no país e, por essa causa, é o marco literário brasileiro. Portanto, ela faz parte da primeira aparição literária pertencente ao movimento do Quinhentismo. “ [...] No Brasil, designa o conjunto de textos e autores do período colonial, compreendendo os três primeiros séculos desde a conquista portuguesa[...] (GUIMARÃES, 2021, n.p).

No Brasil e em Portugal, o Quinhentismo, indica uma respeitável etapa da narrativa da literatura desses países, embora de ter se promulgado de maneira distinta entre um e outro. As desenvolvimento da literatura quinhentista pode ser dispostos por dois grupos,

e, embora com traços comuns, têm peculiares que os marcam, ou seja, “a literatura de informação e a literatura de formação ou de catequese”⁸.

De acordo com Araújo (2011), os escritos do período colonial brasileiro são poucos, além de não terem sido produzidos por brasileiros, e em sua maior parte são escritos na forma de cartas, diários de navegação, tratados e diálogos. São obras que pertencem aos cânones brasileiros e portugueses. Estes escritos são importantes para o conhecimento de como se desenvolveu a Literatura brasileira. Como por exemplo, da Carta de Caminha, a qual, descreve a certidão de nascimento da História do Brasil, como também a Literatura.

2. 2 Nascimento do Brasil e a carta de Pero Vaz de Caminha

Sabe-se que desde a origem da civilização, a escrita teve destaque como ponto essencial da sabedoria humana. Por intermédio dela, acontecimentos, casos e inclusive a história pode ser descrita, consentindo assim o perpetuamento do conhecimento.

A primeira coisa que vem à mente quando falamos de história é o compromisso que esta tem de registrar os acontecimentos para a posterioridade. Uma das funções da História é, sem dúvida, documentar, e, ao longo do tempo, tem se desenvolvido e conquistado seu espaço entre as ciências. (ARAÚJO, 2011, p. 131).

É importante salientar que se entendem como documento histórico, materiais coletados, em um tempo específico, que auxiliem o historiador em sua pesquisa. Existem vários os documentos históricos, por exemplo: imagens, objetos, utensílios, textos, pinturas, esculturas, canções, cartas, que sejam produzidas por entidades públicas e privadas.

⁸ GUIMARÃES, Leandro. "Quinhentismo"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/quinhentismo-brasileiro.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

O objetivo dos grandes comércios marítimos a Europa almejava a chegada das Índias e suas riquezas. A esquadra de Pedro Álvares Cabral seguiu com esta finalidade, no entanto, por causas provocadas pela natureza, em decorrências dos ventos adversos, ou por autorização do capitão-mor, a esquadra partiu para o oeste, ao oposto da rota sul, em decorrência desse fato, ocorreu a descoberta do Brasil.

Prestes (2010) alude que a Carta de Pero Vaz de Caminha é apontada como a “Certidão de Nascimento” do Brasil. A mesma foi redigida em 1500, e foi publicada pela primeira vez em 1817, pelo Padre Manuel Aires Casal, na cidade do Rio de Janeiro, a mesma já tinha sido descoberta pelo pesquisador espanhol J. B. Muños em 1735, porém não foi divulgado. Ganhou inúmeras releituras e críticas com o objetivo de demonstrá-la ou citá-la.

De acordo com OLIVEIRA (2016), a popular pintura de Victor Meirelles, que relata a primeira missa no Brasil, fundamentada na carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, da esquadra portuguesa, expõe a chegada às margens do Brasil da frota de Pedro Alvares Cabral. “destacado historiador e intelectual influente, como a legítima “certidão de nascimento do Brasil”. (OLIVEIRA, 2016, p 15).

3 CONCLUSÃO:

Verificou-se nesse estudo, através das contribuições dos autores descritos que a carta de Pero Vaz de Caminha é ressaltada como primeiro documento literário do Brasil. Visto que a Literatura constitui uma forma de conhecer o mundo e os homens. Ela apresenta um valor histórico à medida que se aborda uma crônica sobre os marinheiros, também tem valor literário visto que documenta a realidade, sendo lhe concentrada um elevado apego estético, o que a aproxima da literatura.

Outra questão percebida sobre a Carta de Pero Vaz de Caminha é que a mesma é considerada o primeiro texto que demonstra a certidão Nascimento do Brasil. São vários os documentos que são considerados históricos, por exemplo: cartas, imagens, objetos, utensílios, textos, pinturas, esculturas, canções, que sejam produzidas por entidades públicas e privadas.

Portanto, a partir dos estudos, certifica-se que contêm na carta elementos que a confirma que a mesma é um documento histórico como também como obra literária. Dessa forma, diante das conjecturas, este estudo, respondeu a problemática: a Carta de Pero Vaz de Caminha pode ser considerado Literatura e também trás informações sobre o Nascimento do Brasil, como também corroborou para alcançar os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Evandro Rosa de - **A CARTA DE CAMINHA: DOCUMENTO HISTÓRICO OU LITERÁRIO?** Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia. Ano 1, N.2, Julho 2011. Disponível em:
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi70lfrpIzzAhV4qpUCHQD7CnAQFn0ECACQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.revista.ueg.br%2Findex.php%2Frevista_geth%2Farticle%2Fview%2F255%2F231&usg=AOvVaw0ksShhl2Lv-iTMHjR6LmC4 acesso em 20 de setembro de 21.

FERNANDES, Francisco; GUIMARÃES, E. Marques; LUFT, Celso Pedro. **Dicionário Globo Brasileiro**. 45ª ed. São Paulo: Globo, 1996.

GUIMARÃES, Leandro. "**Quinhentismo**"; *Brasil Escola*. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/literatura/quinhentismo-brasileiro.htm>. Acesso em 20 de SETEMBRO DE 2021.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma ideologia**. 6ª ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002.

MOISÉS, Massaud, **A Criação Literária**. São Paulo: Cultrix, 2005.

PRESTES Roberta Ribeiro, **Redescobrimento do Brasil: A Carta de Pero Vaz de Caminha (1971) De Glauco Rodrigues**. VI EHA - ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE - UNICAMP 2010. 5 p. Disponível em:
https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2010/roberta_ribeiro_prestes.pdf-Acesso em 20 de setembro de 21.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios : "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades** – Rio de Janeiro : Contra Capa, 2016.

Capítulo 8

**AS TRANSCENDÊNCIAS DE MANOEL DE BARROS
EM POEMAS RUPESTRES**

Amanda Boeno Gonçalves

AS TRANSCENDÊNCIAS DE MANOEL DE BARROS EM *POEMAS* *RUPESTRES*

Amanda Boeno Gonçalves⁹

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Mestrado em Letras

amandaboenogoncalves@gmail.com

Resumo: a pesquisa elucida as transcendências da poesia de Manoel de Barros com base nas imagens e na sinestesia que estão presentes nos poemas. Aspectos que são características do poeta, desta forma os poemas do livro *Poemas rupestres* (2014) são analisados sob a ótica das experiências do autor e da desautomatização do modo de ler poesia e de usar a linguagem.

Palavras-chave: Transcendência. Manoel de Barros. Literatura Brasileira. Linguagem.

Resumen: la pesquisa elucida las transcendencias de la poesía de Manoel de Barros con base en las imágenes y en la sinestesia que están presentes en los poemas. Aspectos que son característicos del poeta, de esta manera los poemas del libro *Poemas rupestres* (2014) serán analizados bajo a la óptica de las experiencias del autor y de la desautomatización del modo de leer la poesía y de usar la lenguaje.

Palabras-clave: Transcendencia. Manoel de Barros. Literatura Brasileña. Lenguaje.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as transcendências de Manoel de Barros ao representar em seus poemas as suas experiências e modo de (trans)ver o mundo, de forma que suas poesias são centradas na visualidade e essas imagens presentes dialogam com o espaço poético manoelino. Para este intento serão analisados poemas do livro *Poemas rupestres* (2004) – obra que é dividida em três partes – da 1ª haverá: “Canção do ver”; da 2ª: “Vento”, “Teologia do traste”; e da 3ª: “Pêssego”, “Maça”.

Manoel de Barros foi o autor que superou o senso comum de fazer poesia, ele fez o inimaginável, foi além do ordinário rompendo com a divagação sobre as grandiosidades,

⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Letras, da Universidade Federal de Rio Grande – FURG. Área de concentração: História da Literatura.

como por exemplo, o amor não correspondido, a saudade, a perda, a morte e etc. Barros transcendeu todos os seus antecessores e desautomatizou o modo de ler poesia e de usar a linguagem.

2. DESENVOLVIMENTO

Para Rosalvo Schütz (2020) transcender é a capacidade de perceber e ler os vestígios e sinais do novo com refinamento, desta forma a transcendência do poeta se dá quando a sua realização é através da arte, lugar onde se tem o poder de criar o seu mundo particular. Há críticos que associam a geografia do Pantanal às obras do autor, no entanto, entende-se como paisagem algo que ele vê e experincia, ou seja, o Pantanal que ele cria não é o espaço geográfico comum a todos, mas sim aquele que vive dentro dele.

Na primeira parte do livro *Poemas rupestres* (2004) há um poema significativamente extenso, dividido em nove momentos, denominado de “Canção do ver”, o nome já apreende a atenção do leitor mais atento, uma vez que há a mescla de sentidos, provocando uma sinestesia, dado que “canção” está diretamente ligada à audição, enquanto “ver” liga-se à visão, todavia interpreta-se que Manoel de Barros irá harmoniosamente narrar as percepções de um menino que vê de forma diferente as coisas com as quais têm contato no mundo, isto é, o jeito como transvê¹⁰ o lugar em que habita.

Um verso icônico do referido poema é “O menino pegou um olhar de pássaro”, verso que desacomoda o leitor de diversas formas, porque ao ser tirado da zona de conforto o legente se questionará, buscará entendimento e gostará de chegar em um denominador comum, no entanto, versos como este leva os leitores para diferentes lugares, dado que é preciso colocar-se na poesia, é necessário senti-la. Sendo assim, uma possível leitura para essa imagem criada por Manoel de Barros é de que “o olhar de ave” pode demonstrar que o menino tem um olhar atento, rápido, sem perder detalhes e inclusive inocente, sem vícios humanos.

O menino pegou um olhar de pássaro — / Contraiu visão fontana. / Por
forma que ele enxergava as coisas / por igual/ como os pássaros
enxergam. / As coisas todas inominadas. / Água não era ainda a palavra
água. / Pedra não era ainda a palavra pedra. / E tal. / As palavras eram
livres de gramáticas e / podiam ficar em qualquer posição. / Por forma
que o menino podia inaugurar. / Podia dar as pedras costumes de flor. /

10 Transver: Ver além; olhar subjetivo

Podia dar ao canto formato de sol. / E, se quisesse caber em uma abelha,
era / só abrir a palavra abelha e entrar dentro/dela. / Como se fosse
infância da língua. (BARROS, 2010, p. 425)

No excerto contém os versos que acompanham o analisado anteriormente, dito isso, importa destacar o verso seguinte “Contraíu visão fontana.”, porque a palavra fontana vem do italiano e quer dizer fonte ou origem, sendo assim, pode-se considerar que o menino ao adquirir “visão fontana”, ele está em contato com as coisas pela primeira vez, descobrindo-as e inferindo-as em sua vivência, sem preocupar-se com o sentido que as palavras já têm a partir de uma concordância social. Interessante apontar a utilização do vocábulo “ainda” nos versos “Água não era ainda a palavra água./ Pedra não era ainda a palavra pedra.”, já que os primeiros contatos dos seres humanos com as coisas é através da experiência, elas não carecem de nomeações, de substantivação, a água e a pedra, por exemplo, simplesmente são o que são, considera-se apenas o seu existir no mundo “livres de gramáticas”.

De acordo com Rodrigues (2016), o poeta desregula as palavras, podendo transformar um substantivo em verbo ou dar significados distintos, desregulando a natureza e a imagem que se está acostumado a pensar, mostrando as várias faces da linguagem. Em “O dia demorava de uma lesma” há a possibilidade de associar uma imagem, visto que no momento em que se lê “lesma”, automaticamente os leitores veem o animal e o vinculam à vagareza, o que proporciona a concepção de que para o eu lírico o dia passava de forma devagar, mas Barros poeticamente liga o animal a lentidão e torna tudo mais poético, desordenando o senso comum de dizer o simples. Da mesma forma, ao construir o verso “Por forma que o dia era parado de poste”, momento o qual dá compreensão de que não acontecia nada durante o dia, dado que poste não se move e precisa manter-se estagnado, caso o contrário ocasiona um grande incômodo aos que necessitam da eletricidade advinda do objeto estanque.

Por forma que a nossa tarefa principal / era a de aumentar / o que não
acontecia. / (Nós era um rebanho de gurus.) / A gente era bem-dotado
para aquele serviço / de aumentar o que não acontecia. / A gente operava
a domicílio e pra fora. / E aquele colega que tinha ganho um olhar / de
pássaro / Era o campeão de aumentar os desacontecimentos. / Uma tarde
ele falou pra nós que enxergara um / lagarto espichado na areia / a beber
um copo de sol. / Apareceu um homem que era adepto da razão / e disse:
/ Lagarto não bebe sol no copo! / Isso é uma estultícia. / Ele falou de sério.
/ Ficamos instruídos. (BARROS, 2010, p. 427 e 428)

“Canção do ver” relata a infância da voz lírica, no fragmento a voz se coloca no texto ao utilizar o pronome do caso reto “Nós” e também do “a gente”, interessante que Manoel de Barros escolhe usar esses pronomes, mas não conjuga o verbo ser no caso de “Nós era”, nota-se a proposta em manter, nesse momento, o uso coloquial dos falantes de língua portuguesa. Outro aspecto importante da obra do poeta, é a ligação que os poemas possuem com a infância, no Romantismo esse laço seria relacionado com a fuga da realidade, no entanto, Barros está colocando aqui a sua experiência, a sua vivência ou sua investigação.

Ainda sobre o excerto, a palavra “desacontecimentos” – neologismo criado pelo autor – está fortemente conexa com a imaginação fértil de criança, de forma que segundo a narrativa em versos, o eu lírico e os amigos gostavam muito de imaginar situações inexistentes e fazer delas momentos que proporcionavam muita criatividade. Em “Uma tarde ele falou pra nós que enxergara um/ lagarto espichado na areia/ a beber um copo de sol.” Nota-se aqui que o menino com olhar de pássaro, ao seu modo de transver o mundo e de vê-lo de forma além do usual, tenta descrever como o lagarto estava sobre o sol quente. No entanto, uma única palavra de adulto basta para romper com a fantasia infantil e esse homem é “adepto da razão”, ele é a figura que se opõem ao menino que é pura imaginação, sem vícios de um mundo colocado em caixas quadradas e lapidadas, nesse momento as crianças sentem-se “instruídas”, mas na verdade lhes foi amputado o direito de se manter no sonho, no imagético, na fantasia.

A sinestesia está diretamente ligada ao movimento simbolista, contudo Manoel de Barros a utiliza muito para criar suas imagens, no verso “E viu outro lagarto que lambia o lado azul do silêncio”, nota-se a busca em fundir o paladar com “lambia”, a visão com “azul” e a audição com a escolha do “silêncio”. É razoável pensar que o “azul do silêncio” pode ser a forma como o eu lírico e seus amigos veem o céu, visto que as memórias expostas nesse poema demonstram as crianças que vivem no campo e estão em constante contato com a natureza e o céu é um dos elementos mais contemplativos, que levam as pessoas à introspecção e é silencioso.

Os poemas manoelinos transcendem o usual quando o poeta dá atenção às sutilezas, às coisas pequenas não valorizadas que existem na natureza e que não são muitas vezes percebidas no nosso dia a dia.

A turma viu uma perna de formiga, desprezada, / dentro do mato. Era uma coisa para nós muito / importante. A perna se mexia ainda. Eu diria

que / aquela perna, desprezada, e que ainda se mexia, / estava procurando a outra parte do seu corpo, / que deveria estar por perto. Acho que o resto da / formiga, naquela altura do sol, já estaria dentro / do formigueiro sendo velada. Ou talvez o resto / do corpo estaria a procurar aquela perna / desprezada. Ninguém viu o que foi que produziu / aquela desunião do corpo com a perna desprezada. / Algumas pessoas passavam por ali, naquele trato / de terra, e ninguém viu a perna desprezada. Todos / saímos a procurar o pedaço principal da formiga.(BARROS, 2010, p. 429)

Nessa parte do poema “Canção do ver”, o eu lírico conta sobre uma pata de formiga que encontraram e que ainda se mexia, esse momento é importante para elucidar como o poeta dava atenção às coisas ínfimas, àquelas que não têm importância para as pessoas, mas Barros registra esse momento, eterniza em sua obra a parte do corpo de um animal tão pequeno, quase imperceptível na natureza. De acordo com Rodrigues (2016), Manoel de Barros parece portar uma máquina fotográfica e de forma muito subjetiva, ele registra os acontecimentos que mais lhe tocam ao escrever seus poemas. É possível, inclusive, que o poeta retorne ao passado ao ler seus escritos de uma infância feliz em contado com a natureza, porque uma fotografia, simbolicamente, registra um ato do passado e ela proporciona um retorno ao apreciá-la. Da mesma forma, a poesia de Barros transporta muito de seus leitores à sua infância.

O olhar transcendente do poeta volta-se muito para a natureza, assim sendo, no poema “Vento” – da segunda parte do livro – o fenômeno natural que está no título, assume papel de personagem e de gente, Barros personifica e despersonifica o vento do início ao fim.

Se a gente jogar uma pedra no vento / Ele nem olha para trás. / Se a gente atacar o vento com enxada / Ele nem sai sangue da bunda. / Ele não dói nada. / Vento não tem tripa. / Se a gente enfiar uma faca no vento / Ele nem faz ui. / A gente estudou no Colégio que vento / é o ar em movimento. / E que o ar em movimento é vento. / Eu quis uma vez implantar uma costela / no vento. / A costela não parava nem. / Hoje eu tasquei uma pedra no organismo / do vento. / Depois me ensinaram que vento não tem / organismo. / Fiquei estudado. (BARROS, 2010, p. 435)

O acontecimento natural é personificado pelo poeta quando é tratado por “Ele”. Verso após verso a voz lírica tenta atingir o vento de qualquer forma, mas não tem sucesso. As atitudes nulas do recurso natural são de pessoas em “Ele nem faz ui.” demonstra que o eu lírico espera alguma reação do vento quando este foi atacado por uma enxada na bunda, nota-se, a tentativa de corporificar o elemento, mas sem nenhuma reação, desta forma, o

vento também sofre o processo de despersonalização, de forma que “me ensinaram que vento não tem / organismo. / Fiquei estudado.”. Pode-se ler que o olhar da criança mais uma vez foi amputado, a voz lírica em seu mundo de imaginação, brincava com o vento e lhe atribuía aquilo que conhecia, até que alguém lhe arranca esse direito e agora além de instruído “Fiquei estudado.”

Manoel de Barros sublimemente brinca com as palavras, faz neologismos e acima de tudo ressignifica os sentidos primeiros e de consenso social, um exemplo é o título do poema “Teologia do traste”, uma vez que a palavra teologia é a ciência ou o estudo que se dedica a Deus, a natureza primordial e de seus atributos, e de suas relações com o homem e o Universo, no entanto esse vocábulo está ligado com “traste”, que dá característica a algo sem valor, imprestável, ou ainda de alguém sem caráter. Desta forma, o título sugere, inicialmente, a ligação de Deus com alguma coisa inútil.

As coisas jogadas fora por motivo de traste / são alvo da minha estima. /
Prediletamente latas. / Latas são pessoas léxicas pobres porém concretas.
/ Se você jogar na terra uma lata por motivo de / traste: mendigos,
cozinheiras ou poetas podem pegar. / Por isso eu acho as latas mais
suficientes, por / exemplo, do que as ideias. / Porque as ideias, sendo
objetos concebidos pelo / espírito, elas são abstratas. / E, se você jogar
um objeto abstrato na terra por / motivo de traste, ninguém quer pegar. /
Por isso eu acho as latas mais suficientes. / A gente pega uma lata, enche
de areia e sai / puxando pelas ruas moda um caminhão de areia. / E as
ideias, por ser um objeto abstrato concebido / pelo espírito, não dá para
encher de areia. / Por isso eu acho a lata mais suficiente. / Ideias são a luz
do espírito — a gente sabe. / Há ideias luminosas — a gente sabe. / Mas
elas inventaram a bomba atômica, a bomba / atômica, a bomba
atom..... / Agora / eu queria que
os vermes iluminassem. / Que os trastes iluminassem. (BARROS, 2010, p.
438)

Nos primeiros versos, o poeta deixa explícito que as coisas insignificantes para a maioria das pessoas são o que ele mais dedica a sua atenção, e as denomina de traste. Posteriormente, compara as latas com as pessoas que utilizam as palavras de forma pobre, pode-se entender como pessoas sem imaginação, que estão presas as classes gramaticais. Posteriormente, Barros reflete sobre a importância das coisas no mundo, segundo o poeta, a lata é um item de serventia, porque ela pode ser usada como utensílio doméstico ou para poetizar, pois trata-se de um objeto concreto, no entanto discorre que as ideias, por sua abstração, ninguém as quer, são jogadas ao vento, sem que possam pegá-las. Cabe salientar, a relação estabelecida entre “ideias” e “espírito”, dado que ideias surgem na imaginação das pessoas e nada pode assegurar que elas serão realizadas, um indivíduo

pode ter ótimas ideias para melhorar sua condição financeira, por exemplo, mas não dá certeza de que terá sucesso. Outro aspecto importante é que o espírito está diretamente ligado a religião, logo, o poeta menciona três vezes a palavra para fixá-la no nosso íntimo.

Ao final do poema, Manoel de Barros pondera que há ideias que podem ser muito proveitosas, “ideias luminosas”, no entanto, elas podem ser muito prejudiciais ao mundo, como o poeta exemplifica trazendo a “bomba atômica”, mecanismo de guerra utilizado pelos Estados Unidos que devastou as cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão, cidades que até os dias atuais possuem lugares que não podem ser habitados em decorrência das radiações. Importante registrar que há muitos países que ainda buscam aprimoramento em tecnologia para criação de bombas atômicas, porque buscam por poder. Manoel de Barros, transcende qualquer pensamento e brilhantemente finaliza o poema revelando que preza por vermes e trastes iluminados, porque estes, tão desprezados pelo mundo, não são capazes de criar algo que devaste uma população e cause tanta dor.

Na terceira parte do livro *Poemas rupestres* (2004), Barros traz um olhar erótico, uma visão diferenciada que vai além do que qualquer imaginação poderia alcançar. No poema “Pêssego”, é mencionado que Proust alcançava o orgasmo ao ouvir a voz de Albertine, através da audição, mas o poeta revela que para ele o tato é o sentido que poderá transcender os sentidos mais sexuais.

Mas é pelo tato / Que a fonte do amor se abre. / Apalpar desabrocha o talo. / O tato é mais que o ver / É mais que o ouvir / É mais que o cheirar. / É pelo beijo que o amor se edifica. / É no calor da boca / Que o alarme da carne grita. / E se abre docemente / Como um pêssego de Deus. (BARROS, 2010, p. 442)

Barros conduz o leitor aos sentidos provocados pelo beijar e pelo toque entre os corpos através das imagens produzidas pelo direcionamento dado. Ao final, compara o órgão reprodutor feminino ao pêssego e a ação de abrir-se guia o público ao ato sexual. Deus é mencionado para que seja atribuída à cena algo natural, que faz parte da natureza humana desde que o mundo é mundo.

Outro poema que mantém a linha erótica é o “Maçã”, semelhantemente tem nome de fruta e o corpo feminino é comparado a ele.

Uma palavra abriu o roupão pra mim. / Vi tudo dela: a escova fofa, o pente a doce maçã. / A mesma maçã que perdeu Adão. / Tentei pegar na fruta / Meu braço não se moveu. / (Acho que eu estava em sonho.) / Tentei de

novos / O braco não se moveu. / Depois a palavra teve piedade / E esfregou
a lesma dela em mim. (BARROS, 2010, p. 442)

Interessante apontar no poema que o poeta não menciona a existência de uma mulher, o seu objeto de desejo é uma palavra, Barros de forma figurativa transforma a figura feminina em palavra. Em seguida, comenta o que lhe foi mostrado quando o roupão foi aberto, neste momento, relata que viu a “doce maçã”, metaforicamente falando da vagina da mulher. Após, Manoel de Barros vai construindo a imagem do jogo de sedução, até neste ponto nada de diferente de outras poesias eróticas, uma vez que ele mesmo já havia comparado o órgão sexual feminino à fruta, no entanto quando os corpos se encontram, o poeta supera todas as expectativas e associa o muco das lesmas ao líquido de lubrificação das vaginas, e cria “E esfregou a lesma dela em mim.”. É viável considerar que Barros, dá margem à sua imaginação de forma impecável e inesperada, ele apreciava olhar aquilo que não é comum a todos e assim consegue colocar uma lesma em um poema sexual.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de ultimar esse trabalho, cabe notabilizar que Manoel de Barros foi a transcendência em pessoa, ele inigualavelmente voltava o seu olhar para as coisas que contém na natureza, que são para muitas pessoas insignificantes ou simplesmente não são percebidas, e essa visão trouxe um novo prisma para a literatura brasileira.

Referências

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

CAVALCANTI, Luciano Dias. **Poesia e transcendência em A Túnica Inconsútil, de Jorge de Lima**. Literatura em debate, v. 8, n. 15, p. 79-99, 2014.

ECHEVARRÍA, Fernando. **Poesia e transcendências**. Humanística e Teologia, v. 25, n. 2, p. 323-330, 2004.

GRANGEIRO, Alessandra Carlos Costa. **A construção da imagem na poesia de Manoel de Barros**. Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas v. 1, n. 1, março de 2009

RODRIGUES, Emaxsuel. **Poesia e imagem em Manoel de Barros**. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23465> Acesso em: 20 dez 2021

SCHÜTZ, Rosalvo. **Transcender sem transcendência: elementos para uma reabilitação materialista da religião**. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/36155> Acesso em: 20 dez 2021.

Capítulo 9

**JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA E A CONSTRUÇÃO
DOS ESTIGMAS CORPORAIS: O CORPO (MAL)DITO
DO BREJEIRO**

Carlos André Martins Lopes

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA E A CONSTRUÇÃO DOS ESTIGMAS CORPORAIS: O CORPO (MAL)DITO DO BREJEIRO

Carlos André Martins Lopes

*Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); especialista em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); graduando em Licenciatura em Letras EAD com habilitação em Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB). Atua como docente vinculado à Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e à Secretaria de Educação e Cultura do município de João Pessoa, PB.
E-mail: cmlopesandre@gmail.com*

Resumo

Este trabalho objetiva analisar as representações que José Américo de Almeida construiu para a figura do brejeiro no romance “A bagaceira”. Procuramos perceber, no processo de criação e de uso criativo da palavra, as estratégias do romancista para produzir uma narrativa na qual se podem abstrair visões de mundo que trazem consigo o potencial de naturalizar e legitimar relações sociais e de gênero ancoradas em concepções de hierarquia e de poder. Neste sentido, entendemos que as produções literárias, em particular, “A bagaceira”, podem ser transformadas em fontes importantes para a elaboração de uma história que pense as relações de gênero numa perspectiva desnaturalizante. Neste trabalho, iremos analisar como o autor de “A bagaceira”, José Américo de Almeida, produziu uma narrativa que estabelece hierarquia entre homens a partir da construção de estigmas para o corpo, representando determinadas modalidades de masculinidade como legítima ao passo em que outras são representadas como ilegítimas. Objetivamos mostrar como o corpo adquire centralidade nessa narrativa almeidiana, tornando-se o elemento principal, a partir do qual é construída uma narrativa inferiorizante sobre o brejeiro. Nossa pesquisa procura dialogar com obras relevantes do campo historiográfico e do das Ciências sociais, além estabelecer diálogo também com obras relevantes do campo da crítica literária. Nos apropriaremos de conceitos como o de “masculinidade” e o de “virilidade”, além de utilizar o importante conceito de representação, presente na obra de Chartier (1990).

Palavras-chave: A bagaceira. Estigmas corporais. O corpo brejeiro.

ABSTRACT

This work aims to analyze the representations that José Américo de Almeida built for the figure of the brejeiro in the novel “A bagaceira”. We seek to understand, in the process of creation and creative use of the word, the novelist's strategies to produce a narrative in

which worldviews can be abstracted that bring with them the potential to naturalize and legitimize social and gender relations anchored in conceptions of hierarchy and of power. In this sense, we understand that literary productions, in particular “A bagaceira”, can be transformed into important sources for the elaboration of a story that thinks gender relations in a denaturalizing perspective. In this work, we will analyze how the author of “A bagaceira”, José Américo de Almeida, produced a narrative that establishes a hierarchy among men based on the construction of stigmas for the body, representing certain modalities of masculinity as legitimate, while others are represented as illegitimate. We aim to show how the body acquires centrality in this Almeidian narrative, becoming the main element, from which an inferior narrative about the brejeiro is constructed. Our research seeks to dialogue with relevant works in the field of historiography and the social sciences, in addition to establishing a dialogue with relevant works in the field of literary criticism. We will appropriate concepts such as “masculinity” and “virility”, in addition to using the important concept of representation present in Chartier’s work (1990).

Keywords: A Bagaceira. Body stigmas. The swampy body.

INTRODUÇÃO

Nabokov (2015), afirma que ninguém deve ser “ingênuo” a ponto de procurar alguma conexão entre o conteúdo de um romance e o mundo vivido. A obra literária, nessa visão, é autorreferente. Seu sentido encerra-se nela mesma, não sendo plausível, portanto, procurar em tais produções qualquer indício de realidade (Nabokov, 2015). Argumentamos, porém, que mais importante do que perguntar o que pode revelar uma obra ficcional é saber o que ela pode produzir, que visões de mundo ela, potencialmente, pode legitimar.

Para o crítico literário italiano Ítalo Calvino (2006), a literatura, além de apresentar o potencial de “criar”, “fabricar”, “construir” o mundo social, deixa entrever concepções de mundo, a maneira como os homens do passado olhavam a si mesmos e aos outros. Ela pode lançar luz sobre a forma como esses homens e mulheres atribuíam sentido ao mundo e aos objetos; sobre os modos de pensar e o de não pensar os objetos e seres. A literatura é também, segundo Calvino (2006), uma instância cultural que pode motivar ações e reações. Provoca engajamento e resistência. Estabelece o diapasão segundo o qual devemos ver os outros e a nós mesmos (Calvino, 2015).

Zica (2015), afirma ser a literatura uma “instância” (cultural) que faz circular “representações culturais” entre um amplo público leitor, sendo, por isso, dotada de um perfil formativo. Partindo dessa afirmação, a obra literária pode ser pensada não só como

“indício de uma realidade” temporal e local de onde foi fabricada, mas também como “um veículo de formação” cultural (Zica, 2015).

Para Silva (2010), “A literatura possui como matéria prima o contexto histórico e, independentemente do escritor querer ou não retratá-lo, deverá minimamente a ele fazer referência” (Silva, 2010, p. 80). As produções literárias, desta forma, podem ser usadas como fontes importantes para o estudo de um dado recorte histórico (Silva, 2010).

José Américo de Almeida publicou sua principal obra ficcional, “A bagaceira”, em 1928. O autor estava envolvido nos intensos debates intelectuais entre regionalistas e modernistas desde o início da década de 1920. Os posicionamentos do romancista estavam mais afinados com o ideário modernista, o que demonstrava o desejo deste escritor de operacionalizar uma modernização não só artístico/literária, mas também econômica, social e cultural no país.

Um dos pontos de discordância entre regionalistas e modernistas era a atitude em relação ao passado (Albuquerque Júnior, 2011). Enquanto o primeiro procurava realizar uma abordagem sobre o passado numa perspectiva de romantização, de exaltação de figuras históricas como a do senhor de engenho, o modernismo pendia para uma atitude que não poupava o que no passado havia de negativo. Os modernistas queriam, portanto, a superação de aspectos do passado considerados negativos, e projetavam um futuro que trouxesse uma transformação tanto da cultura quanto da política, além da renovação das artes e a modernização das técnicas de produção econômicas (Albuquerque Júnior, 2011).

Projetos de mudanças culturais e educacionais vinham sendo idealizados e implementados no Brasil desde finais do século XIX. Zica (2015), mostrou como a literatura de Bernardo Guimarães e de Visconde de Taunay trazia consigo um ideal formativo. Essa produção literária, afirma Zica (2015), expressava ideais baseados na crença da existência de “super-homens” com os quais os homens reais tinham que se assemelhar (Zica, 2015). Uma literatura que insinuava que o masculino deve aprender – ainda criança – que a única coisa que importa é o sucesso, e que o homem deve aprender a sexualizar os sentimentos para que estes sejam confundidos com potência sexual (Zica, 2015).

Silva (2010), mostra, através do romance “Clara dos Anjos” que, apesar das transformações ocorridas no modo de produção de bens econômicos pelas quais passou o país a partir da segunda metade do século XIX, verificou-se, todavia, a permanência de bens simbólicos no plano cultural. Para o referido autor:

Embora a economia da sociedade brasileira tenha sofrido significativas alterações a partir de meados do século XIX, a família do início do século XX possuía a predominância do poder patriarcal, a ser percebido nos papéis exercidos entre homens e mulheres no seu interior (Silva, 2010, p. 182).

Centrando a atenção na representação de aspectos educacionais de Clara dos Anjos, personagem do citado romance, Silva (2010), afirma que:

Nos seus gestos de aprendizagem não está em questão apenas seu desempenho de futura dona de casa, mas a manutenção de uma ordem de reprodução de bens simbólicos e visão de um mundo masculino (Silva, 2010, p. 183).

Direcionando, portanto, sua sensibilidade para aspectos do enredo de Clara dos Anjos, como por exemplo, a forma como a narrativa representa a educação das personagens femininas, Silva (2010), põe em relevo as marcas de um processo educacional centrado também nas práticas corporais, isto é, nos procedimentos educacionais que visam produzir corpos desejáveis, do ponto de vista do poder, corpos femininos docilizados, cujos atributos são o recato, a delicadeza e a ternura (Silva, 2010).

O pesquisador citado acima mostrara que o combate ao patriarcalismo manteve, na vigência do regime republicano, valores e práticas que haviam sido basilares nos tempos imperiais. A república não significou, portanto, transformações profundas no espaço doméstico, e o projeto de formação de um super-masculino ao lado de um feminino dócil, submisso e recatado permeou muitas narrativas, não estando os literatos, por conseguinte, imunes a esses discursos (Zica, 2015).

Mas há outros aspectos a serem percebidos em produções literárias, já que não é apenas a hierarquia do masculino sobre o feminino que se procura legitimar e perpetuar. A representação de um feminino que agregue valores relacionados à submissão (Silva, 2010), faz com que esses traços, quando vistos em homens, resultem na desqualificação, na negativização do masculino que, em uma visão masculinista, comporte valores e/ou características que sejam consideradas exclusividade do universo feminino (Zica, 2015). Desta forma, a hierarquia de gênero não envolve apenas o masculino e o feminino; ela é estimulada dentro do próprio universo da masculinidade. Objetivamos mostrar, com este trabalho, como, na narrativa almeidiana, algumas masculinidades são consideradas formas de ser homem desqualificadas. Intentamos ainda pôr em relevo os valores acionados pelo narrador almeidiano a partir dos quais determinados tipos de

masculinidade são considerados inferiores. Pretendemos mostrar também como o corpo é tomado como elemento principal para a construção de uma narrativa inferiorizante.

Ao conceito de masculinidade, iremos adicionar o de virilidade, noção esta entendida como sendo o atributo da masculinidade (Corbin 2013). Com este conceito, torna-se possível perceber que dentro de uma cultura masculinista não basta apenas ser homem; é necessário que o masculino seja portador de muitos atributos (viris), atributos viris que, não obstante, dependem do modelo de homem que se deseja moldar em dado contexto histórico (Corbin, 2013).

Estudar as masculinidades e virilidades é, em primeiro lugar, reconhecer que estas possuem uma historicidade, isto é, foram fabricadas de diferentes formas em diferentes épocas e lugares (Corbin, 2013). Constitui-se como o reconhecimento de que existe um investimento na produção não só do feminino, mas também do masculino; e que existem relações de poder no processo de formação de gênero que produzem hierarquias tanto do homem sobre a mulher quanto de homens sobre outros homens (Louro, 2000).

A esse respeito, Louro (2000), afirma que não é o momento do nascimento nem de sua nomeação que faz desse um corpo masculino ou feminino. A autora citada ainda afirma que a edificação do gênero e da sexualidade ocorre no percurso de toda a vida, e é infundável. Na mesma direção segue o pensamento de Zica (2015), para quem esse processo não figura como exclusividade de uma geração, fazendo parte, por conseguinte “do processo sempre inacabado da construção identitária, abarcando, portanto, infância, juventude, adultez e velhice” (Zica, 2015, p. 22).

Um olhar voltado para a problemática de gênero implica numa sensibilidade especial aos discursos sobre o corpo. Isso porque “Todo corpo é político, [assim como] toda política é corporal” (Zica, 2015, p. 93). Isso quer dizer que a relação que temos com o corpo, as práticas que visam à produção de uma dada estética corporal, os padrões de higiene, de asseio, tudo é orientado previamente por políticas que definem qual o tipo de corpo é socialmente desejável e qual deve ser rejeitado. As representações de gênero, aliás, se ancoram nessa materialidade, fazendo com que os sujeitos sejam definidos por meio dela. Louro (2000), afirma que:

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidades nem inconstância. Aparentemente se deduz uma identidade de gênero, sexual ou étnica de “marcas” biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados (Louro, 2000, p. 8).

Também pensamos que as marcas de gênero e de sexualidade não possuem origem biológica. Elas estão ancoradas nas práticas de produção/definição de corpos e de identidades. Também nas representações que convocam os sujeitos a assumirem determinadas posições (Woodward, 2009). A fabricação de identidade, nessa perspectiva, representa um investimento nos corpos de homens e de mulheres com as mais diversas imposições culturais, com modos de adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos e morais dos grupos a que pertencem (Louro, 2000). Temos, portanto, que buscar na história as definições de identidade, a fim de apontar o caráter contingente dessas definições (Louro, 2000).

O CORPO (MAL)DITO DO BREJEIRO

O enredo de “A bagaceira” é ambientado na microrregião do Brejo paraibano, no engenho Marzagão, cujo proprietário é Dagoberto Marçau. Além de Marçau, fazem parte do enredo o seu filho bacharel, Lúcio, e os sertanejos Valentim Pedreira, Pirunga e Soledade, filha de Valentim. O enredo ainda inclui os personagens brejeiros João Troçulho, Latomia e Xiname. Iremos centrar nossa análise nesses últimos personagens, a fim de contemplarmos os objetivos propostos acima.

O termo brejeiro aparece no romance muitas vezes na forma substantivada e designando uma coletividade, isto é, a parte da população que habita a microrregião do Brejo. Sendo assim, tomando como base a afirmação de Bechara (2019), essa noção apontaria para uma essência ligada ao habitante do lugar, a substância dos sujeitos assim nomeados, no caso, os brejeiros. Na forma adjetiva, a noção sinaliza para uma origem geográfica, o Brejo. Mas o adjetivo delinea também as características do sujeito (brejeiro), já que atribui qualidades e/ou designa o estado das coisas e dos seres (Bechara, 2019). Esse termo, expresso enquanto adjetivo, também indicaria uma suposta essência presente nos seres nomeados. Nossa preocupação nesta pesquisa diz respeito aos significados construídos para o termo brejeiro. Iremos tomar a referida noção, entretanto, como uma representação, entendida como “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (Chartier, 1990, p. 17). As representações organizam o mundo em categorias por

meio das quais o social passa a ser apreendido, estando, muitas vezes, na origem das desigualdades sociais (Chartier, 1990).

Vamos iniciar referenciando a análise de um dos mais importantes leitores da obra “A bagaceira”, Cavalcante Proença:

Sob iluminação diferente, eram postos em confronto, em *A bagaceira* os nordestinos do Brejo e os do Sertão. Brejeiros e sertanejos, submissão e liberdade, eram examinados com uma visão realista, se bem que, no registro das virtudes sertanejas, possa notar-se, vez por outra, certo favorecimento (não intencional) (Proença, 2004).

Percebe-se uma hierarquização na fala do autor – leitor e pesquisador do citado romance – desse texto. Brejeiros representam a submissão; sertanejos, a liberdade. Proença ainda afirma que o escritor, José Américo de Almeida, “sob iluminação diferente”, põe lado a lado sertanejos e brejeiros, exaltando, contudo, “não intencionalmente”, as virtudes sertanejas. Entendemos esse “não intencionalmente”, entretanto, como uma construção “ideológica”, uma forma de perceber o mundo na qual o observador expressa mais aquilo que ele imagina sobre as coisas do que aquilo que de fato elas são (Sartre, 2013).

O trecho acima ainda fala que o autor de “A bagaceira” fez um registro das virtudes sertanejas. De fato, José Américo lança mão desse recurso, mas também adota a estratégia da comparação. Sertanejos e brejeiros em um mesmo ambiente, o Brejo. Ambos em seu “viver cotidiano”. Quais as características dos brejeiros? O autor de “A bagaceira” pronuncia-se e Proença ecoa sua fala: “Palavra de brejeiro não vale nada”, brejeiro é covarde. Sobre o sertanejo, entretanto, é afirmado que: “Sertão é franqueza, lealdade, rigoroso respeito mútuo” (Proença, 1968).

A narrativa de “A bagaceira” constrói sentidos também para as formas de uso do corpo. Hierarquiza maneiras de se portar, gestos e atitudes. Proença, mais uma vez reforça as representações do autor:

Entre os cabras do eito, os sertanejos se distinguem em tudo. Para cavar a terra, Valentim “não precisava anzolar-se como os outros”. Até no carregar da enxada são diferentes: levam-na, os brejeiros, ao ombro, como uma cruz, instrumento de suplício; e eles, sobraçada como se fosse vara de ferrão, instrumento de mando, lança de cavaleiro (Proença, 2004).

O brejeiro precisa anzolar-se, isto é, curvar-se para frente, posição esta que denota cansaço, falta de vigor, moleza, inaptidão para o trabalho. O termo anzolar-se ainda está

ligado a uma ideia de reverência, submissão. É a atitude de um súdito diante de um senhor. A enxada ao ombro do brejeiro remete à ideia de que esses homens representavam o trabalho como um castigo, uma pesada cruz a ser conduzida sobre os ombros cansados.

De acordo com Corbin (2013), o “retrato” do masculino autêntico deve incluir uma “natureza” orientada para o exterior. “Sua energia e seu vigor devem estar predispostos ao esforço. O masculino deve estar sujeito à imposição de agir e ser dotado de ambição. Dono de senso de iniciativa”, o masculino (viril) deve sempre “demonstrar coragem e firmeza no trabalho” (Corbin, 2013, p. 20).

A representação do brejeiro na obra de José Américo exclui todos esses atributos desses personagens. O brejeiro é, portanto, tomando como base o modelo de masculinidade analisado por Corbin (2013), um masculino inautêntico. Percebemos que é o corpo que é tomado como uma materialidade, a partir da qual se constroem os estigmas. Um corpo (brejeiro) curvado, anzolado, portanto; um corpo cansado, sem vigor, que carrega o instrumento de trabalho sobre os ombros, o que remete à imagem de um crucificado, um símbolo de martírio (Almeida, 2004).

Esse corpo impotente é também, na narrativa almeidiana, um corpo covarde, um corpo que treme, que ameaça desmoronar diante do perigo. Isso é o que sugere uma cena que narra os trabalhadores, brejeiros e sertanejos, no canavial do Marzagão, na dura rotina do trabalho de sol a sol. O narrador afirma que, de repente, percebeu-se “na ondulação verde” da cana uma movimentação estranha. Ninguém entende o que está acontecendo naquele momento, mas a narrativa sugere ser algo apavorante. Os cães presentes, entre os quais um, cujo dono era Valentim, querendo isto dizer que esse animal era sertanejo, se agitam. São “estumados”, instados a fazer a caça ao ser que andava por entre o canavial. Os “cadelos” brejeiros, entretanto, se calaram, ao passo em que o cão sertanejo saiu à procura do intruso que se movimentava dentro do canavial. Em instantes “ouviu-se um grunhido estranho, um berro de animal dolorido [e] uma onda de frio enregelou toda a bravura mestiça do Marzagão” (Almeida, 1987, p. 16).

A cena termina com captura de um homem chamado Xiname pelo sertanejo Pirunga. Xiname havia entrado nas terras do engenho para tentar colher o aipim que ele havia plantado antes de ser expulso de lá por Dagoberto. Importa perceber nessa cena, sobretudo, a associação entre as frases “ondulação verde da cana”; “onda de frio”; “bravura mestiça”. A ondulação verde é o canavial que balança pela força do vento. Marca a posição do vegetal, sujeitado à natureza que, de forma coletiva (uma onda) balança, sem

ser por vontade ou decisão própria, na direção que o vento determinar. Assim como o vento atinge o canavial, a onda de frio fustiga o brejeiro, fazendo-lhes o sangue fugir das veias devido ao medo que atinge seus corpos, medo que os faz balançar, que os deixa preste a desabar, que ameaça levá-los ao chão. Há, nesses episódios narrados, a referência a uma covardia brejeira. Essa “covardia” é logo anunciada pelo narrador. São os sinais produzidos pelo corpo, manifestados por ele, que são apontados como sintomas de frouxidão, de pouca disposição para o enfrentamento do perigo. Atente-se para o uso do termo ‘mestiço’ na citação. Uma marcação simbólica, a insinuação de que essa covardia também estava relacionada ao fator étnico.

Essa mesma representação aparece em cena na qual o Marzagão está em festa, organizada pelos trabalhadores. A polícia invade o engenho e a confusão se instala no local, pois os trabalhadores decidem enfrentar a força policial. O narrador sublinha a bravura dos sertanejos na luta. Por fim, na hora de prestar contas a Dagoberto Marçau sobre a confusão no engenho, Latomia, trabalhador brejeiro, apresenta-se. O dono do Marzagão percebe que ele está trêmulo e o interroga acerca do seu estado. O personagem responde, então, que tremia porque tinha se banhado no açude. Mas o narrador afirma que “Se não mentiam as más-línguas, ao primeiro assalto, ele (Latomia) metera-se no açude com água pelo queixo” (Almeida [1928] 1987, p. 39). Latomia esquivou-se, portanto, da luta. Faltou-lhe coragem. Foi “covarde”.

Esse personagem dentro do enredo é tido como um bravateiro, termo usado pelo próprio narrador para caracterizá-lo. “Bravateiro” vem de bravata, aquele que ameaça, mas não cumpre com a promessa. Quer dizer falso valentão. Latomia: late/mia; ou seja: late, porém, na hora H (apenas) mia; Latomia, no enredo, é aquele que ameaça a todos, que promete sempre resolver conflitos por meio da violência mas que, na hora em que precisa demonstrar sua bravura, é o primeiro a se esquivar. As atitudes de Latomia enquadravam-se na expressão popular que diz que “cão que ladra não morde”.

Em outra cena de festa no Marzagão, uma das diversões era a entoação de versos como os que se seguem:

Cabra danado
Se não tem corage, eu tenho
De pegar nessa pistola
E atirar no senhor de engenho...
(Almeida, 2004, p. 45).

A cena prossegue com a fala do personagem Lúcio, exposta pelo narrador, em tom de amargura. O bacharel verbaliza, melancolicamente, para si mesmo: “musa mentirosa!... Atirar no senhor de engenho nesse estado de subordinação crônica” (Almeida, 2004, p. 45). Lamenta-se a falta de coragem dos homens da bagaceira. Coragem que, para Lúcio, é passar da palavra à ação. É cumprir a promessa, fazer valer o que estava dito nos versos.

Percebemos, por meio do exposto acima, que a narrativa de “A bagaceira” põe em relevo os comportamentos dos personagens brejeiros que podem ser associados à ideia de covardia. Representa-se, portanto, a figura do brejeiro pelo viés da negatividade. Isso porque o reverso da covardia, a coragem, é uma virtude cultuada na civilização Ocidental. Aprecia-se esse atributo em homens e em mulheres. No masculino, por vezes, ela está associada ao uso da força bruta, e constitui-se como um elemento da virilidade, afirma Maurice Sartre (2013). Em *Ésquilo*, informa Sartre (2013), uma “vontade no coração de ferro”, “inflamada” por uma “Andréia”,¹¹ pesa “como aquela dos leões portando a guerra em seus olhos” (Sartre, 2013, p. 20). Nessa representação que Sartre (2013), remete aos antigos gregos, o masculino não é propriamente um homem, mas um “macho”, um ser associado à coragem e à força física para ser usada no campo de batalha (Sartre, 2013).

Por outro lado, a covardia é considerada uma falta moral grave. Constitui-se como um defeito que pode marcar a fronteira entre o ser e o não “ser “macho”. Numa sociedade que cultua a coragem, a valentia e a disposição para enfrentar o perigo, qual seria o homem a querer ser representado como o foi o brejeiro na narrativa almeidiana? Uma narrativa que desqualifica, que diminui, que atribui significados negativos. A própria narrativa expressa que “o nome de brejeiro [era] cruelmente pejorativo” (Almeida, 2004, p. 6).

Mas não era apenas a covardia que, na visão almeidiana, estava presente entre alguns seguimentos da população masculina do Brejo. As cenas nas quais os trabalhadores aparecem tornam-se sempre pretextos para marcações simbólicas negativas. A narrativa sobre o brejeiro ressalta, reiteradamente, outras características, além das já referidas

¹¹ Termo associado à coragem física e moral no texto intitulado “Virilidades gregas”, de Maurice Sartre. Afirma Sartre também que na obra de Sófocles, intitulada *Electra*, as mulheres também são insufladas a manifestar sua “Andréia” (SARTRE, MAURICE. *Virilidades gregas*. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade: a virilidade em crise?* Vol. 1. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013).

acima, que seriam “naturais” desse segmento da população do Brejo. Percebemos isso num diálogo entre Lúcio e João Troçulho.

A conversa começa quando o filho do dono do Marzagão encontra João Troçulho cedendo “à ociosidade dominical”, “estendido ao sol como um animal cansado”. “Como um lagarto preguiçoso” (Almeida, 2004, p. 82). O bacharel pergunta por que o trabalhador não desembaraça um cavalo que está se enforcando. João Troçulho responde, entretanto, que não tem obrigação com animais. Em seguida, Lúcio encoraja o trabalhador a plantar uma roça, ao que João Troçulho responde que não, pois todo o seu tempo é tomado pelo trabalho no engenho. Além disso, afirma o trabalhador, “não possui ambição”. Lúcio argumenta, porém, que a roça iria fazê-lo mudar de vida, mas o brejeiro cita o caso de Xiname, – outro trabalhador do Marzagão – que tinha plantado uma roça e o patrão, Dagoberto Marçau, acabou dela se apropriando indevidamente. O filho do dono do engenho insiste, perguntando por que o trabalhador não conserta a casa na qual mora, ou cria galinhas para escapar daquela miséria. O trabalhador sempre responde a mesma coisa. Tudo era do dono do engenho.

Antes de mais nada, convém observar a comparação que o narrador faz entre o brejeiro e o animal. O brejeiro está estendido ao sol, parecendo um “lagarto preguiçoso”. O narrador o assemelha, portanto, a um ser que rasteja, que precisa estender-se ao chão para poder se movimentar e que traz, nessa postura, a condição de manter a cabeça colada sempre ao solo, além do risco de ser pisado, esmagado sob os pés de outros animais. Troçulho é representado como aquela espécie de réptil que sempre balança a cabeça em movimentos verticais que simbolizam “sim” e que, com esses gestos, demonstra aceitar todas as adversidades impostas por um poder estranho. O narrador almeidiano insinua, com a comparação, a submissão do brejeiro ao prepotente arbítrio do patrão. Sugere também o fatalismo do brejeiro, sua passividade diante da miséria. Mas não é só isso que o diálogo revela. O trabalhador da bagaceira é um lagarto “preguiçoso”. O repouso de João Troçulho é percebido, portanto, sob o signo da negatividade. João Troçulho está descansando enquanto deveria estar empreendendo. Lúcio faz, portanto, um julgamento moral. Temos, desta forma, outro elemento que caracterizaria, segundo o que se pode depreender da narrativa, o brejeiro como um homem indolente e, portanto, desvirilizado.

Desvirilizado, com base no que postula Pigenet (2013), para quem passou a existir no Ocidente, há dois séculos, “Toda uma tradição estética que associa” a figura do trabalhador braçal aos atributos mais evidentes da virilidade. “A forma do corpo e a

musculatura... [esta] identificada com energia e resistência... potência física e determinação moral” (Pigenet, 2013, págs. 249-250), seriam traços que delineariam o tipo físico de um trabalhador. Corbin (2013), afirma, corroborando o exposto acima, que um caráter viril está associado historicamente à ação, a atitudes agressivas, a personalidades enérgicas, dominadoras seja da natureza seja de homens e de mulheres. Uma virilidade potente deve demonstrar capacidade de vencer o cansaço e de executar tarefas perigosas sem demonstrar medo (Corbin, 2013).

A virilidade também está relacionada à dominação. Na Europa do século dezenove, durante o processo de expansão de nações europeias sobre territórios coloniais, esse componente da masculinidade vai estar associado à “exploração e [à] conquista de territórios, [à] colonização, [a] tudo aquilo que demonstra domínio sobre a natureza e que favorece a expansão econômica” (Corbin, 2013, p. 9). Assim, a virilidade está associada principalmente à potência de músculos, a ideia de domínio, de poder realizador, de atividade, atributos estes que devem estar presentes no corpo trabalhador, mas que estariam ausentes do corpo de João Troçulho, na visão de Lúcio.

Williams (2014), identifica, em romances ingleses do século XIX, estruturas narrativas que expressam valores ligados à burguesia. Histórias que transferem o interesse pelo nascimento pelo da riqueza; da posição social herdada para a posição conquistada; da ênfase no trabalho em contraposição à diversão e/ou ao descanso. Nesses romances, afirma Williams (2014), a pobreza e o fracasso são enfaticamente associados ao vício, à fraqueza, à preguiça e/ou à falta de esforço pessoal. Essas narrativas produzem, portanto, uma interpretação (moral) da sociedade, uma visão que consiste em responsabilizar o pobre pela sua miséria (Williams, 2014).

A narrativa almeidiana ainda apresenta outros elementos descaracterizadores da masculinidade dos trabalhadores da bagaceira. No episódio que descreve a chegada de Valentim Pedreira ao Marzagão, o narrador exemplifica a modalidade de poder exercida sobre os trabalhadores do engenho. A cena começa quando, depois de resistir por um tempo, Dagoberto Marçau decide, por fim, aceitar o grupo de sertanejos no engenho. Mas logo é informado que não há onde hospedar os sertanejos. Em poucos instantes, porém, o proprietário encontra a solução: ordena que Xiname, trabalhador do Marzagão, entregue a palhoça que ajudara a construir ao grupo e passe a habitar em uma estrebaria. Diante da recusa do caboclo, sob o argumento de que se submeteria a qualquer coisa, mas que não havia nascido para estrebaria, Dagoberto expulsa-o sumariamente do Marzagão.

Como resposta à fala de Xiname, Dagoberto afirma que estrebaria era espaço para cavalo de sela, e que Xiname havia nascido mesmo era para a cangalha (Almeida, 2004).

Xiname passa a “pronunciar frases incompletas”, esboça raciocínios cortados, “coçando a cabeça” para ver se sai alguma ideia. A submissão, entremostrada na cena, ao lado das expressões utilizadas por Dagoberto, além das comparações feitas por Dagoberto entre o caboclo e o animal (de carga) mostram bem o grau de hierarquia na propriedade rural. A cena prossegue com o pedido humilde de Xiname para que pudesse colher o que havia plantado, escutando de Dagoberto, todavia, que “o que está[va] na terra é[ra] da terra” (Almeida, 2004, p. 13). Por fim, o trabalhador solicita permissão para levar os seus pertences; e o narrador afirma: “E o caboclo saiu, levando os cacarecos num braçado, e 400 anos de servilismo na massa do sangue” (Almeida, 2004, p. 13).

O brejeiro, nessa narrativa, é subserviente. A subserviência está relacionada à sujeição absoluta, à bajulação, ao servilismo, praticado, este, sob coação ou sob vontade própria. Relaciona-se ainda à ideia de passividade, seja ela física seja mental. O subserviente é um sujeito que executa as ordens sem refletir, ou por medo ou por acreditar que a faculdade da reflexão é prerrogativa apenas de quem está numa posição de mando. O subserviente está, aliás, numa posição ainda mais baixa do que a do servo, por isso o prefixo ‘sub’ antes do termo ‘serviente’. O autor enfatiza o termo submissão quando fala dos brejeiros, ao invés de usar o conceito de obediência. A obediência é uma espécie de compromisso provisório, uma negociação entre partes que são iguais; parece mais um ato de vassalagem, uma atitude na qual um sujeito põem-se a si mesmo a serviço de outro por gosto; é uma forma de se utilizar das obrigações assumidas apenas para expor atributos relacionados a certas concepções de virilidade e de honra.

Vamos nos deparar com Xiname novamente na cena em que esse caboclo entra no latifúndio para “furtar” o aipim que ele mesmo havia plantado, mas que tinha sido impedido de colhê-lo na ocasião em que fora expulso do engenho. O que se segue é uma cena de castigo físico e de humilhação, ordenados por Dagoberto Marçau:

Levado à presença do senhor de engenho, este ordenou ao feitor:
lambuze o traseiro de mel de furo e assente no formigueiro. Xiname alarmou-se:
— Pelo amor de seu Lúcio!...
— Lambuze, bem lambuzado!
— Por amor da defunta!...
— Nesse caso, dê-lhe umas trinchadas.
— Fica por minha conta. Trinta lamboradas.
E, ali mesmo, uma, duas, três... Logo na terceira, o caboclo grunhiu e mijou-se
(Almeida, 2004, p. 24).

O primeiro castigo ordenado é o de lambuzar o traseiro do caboclo com mel para assenta-lo, posteriormente, num formigueiro. O “traseiro”, assim, seria a parte do corpo a ser castigada.

O significado desse episódio pode ser buscado no pensamento de Bourdieu (2014). Para este sociólogo francês, o padrão androcêntrico e falocêntrico estabeleceu uma visão de mundo caracterizada pela existência de dois polos que são vistos como opostos entre si. Um dos polos recebe um sinal positivo e o outro negativo. O positivo representa as formas de vida valorizadas no mundo social, os comportamentos percebidos como normais. O negativo representa a anti-norma, o feio, o desprezível, o grotesco ou o que deve ocupar hierarquia inferior na sociedade. Desta forma, temos os polos homem/mulher; seco/molhado; fora/dentro; duro/mole; preto/branco; atrás/na/frente e assim indefinidamente. A respeito desse último par de opostos, ressaltamos que pode assumir conotação sexual, em que o sexo só é legítimo se for na frente. Atrás, figura como desonroso, imoral, reprovável. No ideário masculino, a honra está em se resguardar da violação do seu traseiro por outro homem. A desonra completa, a desmoralização absoluta, a perda da própria identidade masculina seriam as consequência dessa violação (Zica, 2015).

Apesar de o castigo de Xiname não envolver diretamente uma violência sexual, há, contudo, uma violação desta parte do corpo que, dentro do universo masculinista, significa ponto de honra. A narrativa adota essa perspectiva para dá o máximo de expressividade à cena do castigo. A intenção era mostrar o grau extremo de humilhação ao qual um trabalhador do engenho era submetido, por um lado; por outro, sugerir que, mesmo submetido a tratamentos degradantes, o brejeiro não reagia. Insinua que o trabalhador não era capaz de reagir a essa desonra. Xiname é representado, assim, como uma masculinidade incapaz de resguardar seu “traseiro” da violação. Uma masculinidade sem virilidade, portanto (Corbin, 2013).

O narrador almeidiano, conforme vimos até aqui, representou a figura do brejeiro como desvirilizada, figura cujo corpo não demonstra disposição para o trabalho. É um corpo mole, inativo, sem vigor. Sua psique harmoniza-se com esses atributos. É um homem que não demonstra uma atividade viril, um poder transformador. Homem desvirilizado, pois incapaz de resguardar suas nádegas, de proteger seu “traseiro” da violação. O brejeiro é representado como um ser infantilizado, pois se deixa castigar na

parte do corpo na qual se destinam os castigos para crianças. Essa narrativa almeidiana põe em relevo os indivíduos (brejeiros) para mostra-los como tipos sociais sem prestígio. Mas trata também os brejeiros no coletivo, generalizando as características individuais, estendendo-as ao grupo inteiro.

Contudo, essa representação faz parte do sistema de sujeição adotado pelas classes hegemônicas para submeter os grupos menos favorecidos. A representação do brejeiro é fruto de um olhar latifundiário, que vê, convenientemente, o brejeiro/mestiço como passivo, preguiçoso, subserviente e fatalista, portanto, desvirilizado. Contudo, o já referido diálogo de João Troçulho com Lúcio demonstra outras características dessa figura histórica. João Troçulho, no diálogo com o bacharel, faz “troça” com sua autoridade. Troçulho argumenta com o filho do dono do Marzagão, mostrando no final que ele, Lúcio, não tinha razão para cobrar mais trabalho. O trabalhador vai explicitar, na conversa com o bacharel, a lógica perversa do sistema do engenho, qual seja, o da apropriação da força de trabalho alheia. Provoca um prejuízo ao dono do Marzagão, deixando o cavalo se enforcar. Consciente de que “o que está na terra é da terra”, terra, aliás, que não pertence a ele, o trabalhador da bagaceira não quer explorar mais a si mesmo para produzir riquezas para o Marzagão. O diálogo do bacharel com João Troçulho mostra, portanto, uma “relação de poder”, na qual a atitude do trabalhador constitui-se como uma “resistência”, em sentido foucaultiano. Nas relações de poder, as resistências representam o papel de adversário... e estão presentes em toda rede de poder (Foucault, 2014). As resistências são casos únicos, possíveis, prováveis, imprevistos pelo poder e, não raro, tornam o poder impotente (Foucault, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme tentamos demonstrar, a narrativa almeidiana cria representações para a figura do brejeiro a partir da descrição de elementos corporais e/ou de sinais emitidos pelo corpo em situações que envolvam atitudes de coragem e/ou disposição para o trabalho. Questionamos a representação de “A bagaceira” para os brejeiros, porém, indicando que ela estabelece uma identidade para esses homens ligada a uma ideia de essência. Ela não está relacionada com aquilo em que homens e mulheres se tornam, com a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção de

sujeitos (Hall, 2009). A narrativa de “A bagaceira” sugere uma concepção de identidade essencialista, onde se privilegia a indagação: quem nós somos? E não: quem nós nos tornamos? (Hall, 2009). Recorre à noção de essencialismo, concepção baseada na ideia de que as propriedades de um todo complexo existem em decorrência de uma suposta verdade ou essência interior. Procuramos mostrar como essa percepção reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos (Weeks, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira* 37 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 39 ed. Ver. E ampl. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 1ª ed. Rio de Janeiro, BestBolso, 2014.

CALVINO, Ítalo. *Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade*. Tradução Roberta Barni. 1 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

CALVINO, Ítalo. *O mundo escrito e o mundo não escrito: artigos conferências e entrevistas*. Tradução Maurício Santana Dias. Companhia das letras, 1 ed. São Paulo 2015.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CORBIN, Alain. *A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo*. In: *A história da virilidade*. O triunfo da virilidade. Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História de sexualidade: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2 ed. São Paulo, Paz e terra, 2014.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. (et al) *O corpo educado* pedagogias da sexualidade. 2 ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

NABOKOV, Vladimir. *Lições de literatura* – São Paulo, Três Estrelas, 2015.

PIGENET, Michel. *Virilidades operárias* In: *A história da virilidade: O triunfo da virilidade*. Vol. 2. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *A bagaceira*. In: ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 11 ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p.47-8.

SARTRE, Maurice. *Virilidades gregas*. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade; a virilidade em crise?* Vol. 1. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ, Vozes, 2013.

SILVA, Jomar Ricardo da. *A educação da mulher em Lima Barreto* – Campina Grande, EDUEPB, 2010.

WEEKS, Jeffrey *O corpo e a sexualidade* In: *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* Guacira Lopes Louro (organizadora) 2 Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *A produção social da escrita*. Tradução: André Glaser. 1 ed. – São Paulo, Editora Unesp, 2014.

WOODWARD, Kethryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.

ZICA, Matheus da Cruz e. *Literatura e formação no século XIX: a escritura de Bernardo Guimarães* – João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

ZICA, Matheus da Cruz e. *Masculinidades possíveis: representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro* – João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

OS AUTORES

Amanda Boeno Gonçalves

Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande - FURG; Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Letras, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Área de concentração: História da Literatura.

Ana Paula da Silva

Pedagoga pela instituição: FACEN Faculdade de ciências Educacionais e empresárias de Natal. Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa – E-mail ana.silva.6@academico.ifpb.edu.br

Carlos André Martins Lopes

Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Graduado em Licenciatura em História e especialista em FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: práticas pedagógicas interdisciplinares pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). Professor da Educação Básica da rede estadual de ensino da Paraíba e do municipal de João Pessoa.

Claudineide Pereira de Oliveira

Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais do Rio Grande do Norte- FACERN (2017), Especialista em Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade de Ciências Educacionais e Empresariais de Natal - FACEN (2019) e Graduanda em Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, pelo Instituto Federal da Paraíba – IFPB.

Gesimiel Rodrigues Santos

Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba, Brasil(2019). Professor EBTB do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Brasil. gesimiel.santos@ifpb.edu.br

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

Mestre em Literatura (2008), na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. golbery.rodrigues@ifpb.edu.br

Josicleide Ferreira da Silva

Curso Técnico de Informática pela UFRN Macaíba - Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa. E-mail Academia: josicleide.ferreira@academico.ifpb.edu.br

Jossana Melo da Silva

Graduada no curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua espanhola - UFPB (Universidade Federal da Paraíba). Graduanda do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa - IFPB (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba) / João Pessoa / Paraíba. jossana.melo@academico.ifpb.edu.br

Karla Aguiar Rodrigues de Oliveira Chagas

Especialista em Linguística (FIP-2013). Revisora de textos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB Brasil. karla.chagas@ifpb.edu.br

Maria Bárbara Pereira Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB.

Nidielle Muniz de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB.

Raianny de Andrade Fernandes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB.

Ramon Alves Limeira

Nascido em 16/10/1994, natural de Campina Grande-PB. Filho de Reginaldo de Souza Limeira e Silvana Alves Limeira, o pai natural de Recife-PE, a mãe natural de Campina Grande-PB. Iniciou os seus estudos no ano de 2001, concluindo o ensino médio no ano de 2011. Toda a sua trajetória escolar foi em escola pública e com o desejo de contribuir para a educação, ingressou em 2015 no curso de administração, concluindo no ano de 2019 e em 2020 ingressou na licenciatura em Letras, oferecida pelo Instituto Federal da Paraíba. Hoje, casado e pai de um garoto, está no quinto período do curso, já em processo de estágio e com o objetivo de agregar valor a educação brasileira.

Rian Lucas da Silva

Graduando no curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. rian.lucas@academico.ifpb.edu.br

Rosania Batista do Nascimento

Graduada em Pedagogia – Nossa Senhora de Fatima. Pós graduada Psicopedagogia Clínica Institucional – FAVENI. Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa. E-mail-rosanianascimento_@hotmail.com

Sebastião Medeiros Vieira

Formação técnico Agropecuário UFPB Bananeira – Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa. E-mail bastiao147@hotmail.com

Silvan Gomes da Silva

Graduado em Pedagogia-Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Gestão de Políticas Públicas Gênero E Raça (GPPGER)- Universidade Federal da Paraíba. Especialista Em Gênero E Diversidade Na Escola (GDE)-Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciências da Educação- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO CECAP -(INCECAP)- Graduando em Letras Habilitação em Língua Portuguesa. E-mail: silvan-neide@hotmail.com.

Suzany Sabino Gomes

Nascida em 19/04/1998 natural de Uiraúna-PB. Filha de pais agricultores, os mesmos são naturais de São João do Rio do Peixe-PB. Sempre estudou em escolas públicas, desde muito nova seu maior desejo era trabalhar na área da educação. Hoje tem um filho de 5 anos chamado Igor Maciel. A autora atualmente está cursando uma Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, de nível de ensino graduação, Campus João Pessoa, Polo Sousa, em modalidade EAD.

Tâmara Ellen Ribeiro Brito

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB.

Tatiane Macedo de Almeida

Graduanda no curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Thaynara de Sousa Bezerra

Nasceu em 24/07/1996 natural de São Paulo-SP. Filha de pais agricultores, os mesmos são naturais da cidade de São João do Rio do Peixe- PB. Estudou sempre em escola pública e é apaixonada pelo âmbito educacional. Hoje ela é mamãe de uma linda menina que têm 4 anos chamada Sibelly. A autora está cursando Licenciatura em Letras à Distância com Habilitação em Língua Portuguesa pelo Instituto IFPB campus Sousa.

OS ORGANIZADORES

Golbery de Oliveira Chagas Aguiar Rodrigues

Mestre em Literatura (2008), na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

golbery.rodrigues@ifpb.edu.br

Rian Lucas da Silva

Graduando no curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da

Paraíba. rian.lucas@academico.ifpb.edu.br



ISBN 978-658997653-0



9 786589 976530